



Universidade Federal do Acre
Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional

FRANCISCA MESQUITA SOUZA

**O APAGAR DAS PORONGAS: MANEJO FLORESTAL
MADEIREIRO E DESVALORIZAÇÃO DOS SABERES
LOCAIS NA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL.**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Universidade Federal do Acre
Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional

FRANCISCA MESQUITA SOUZA

**O APAGAR DAS PORONGAS: MANEJO FLORESTAL
MADEIREIRO E DESVALORIZAÇÃO DOS SABERES
LOCAIS NA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL.**

Dissertação de Mestrado em
Desenvolvimento Regional apresentado à
Universidade Federal do Acre – UFAC,
como requisito para obtenção do título em
Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Elder Andrade de
Paula

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de Mestrado intitulada “O Apagar das Porongas: a desvalorização dos conhecimentos da população do PAE Chico Mendes embutidos no discurso das políticas de Manejo florestal Madeireiro” elaborada por Francisca Mesquita Souza foi defendida no dia 03 de julho de 2009, tendo sido:

() Aprovada

() Reprovada

() Aprovada, mas deve incorporar nos exemplares definitivos modificações sugeridas pela banca examinadora, até 60 (sessenta) dias a contar da data da defesa.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Elder Andrade de Paula

Prof. Dr. Lucas Carvalho Araújo

Profª Drª Marilina Conceição O. Bessa Serra Pinto

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e ânimo com que termino este trabalho tão importante em minha trajetória acadêmica e profissional.

À minha família, especialmente ao meu pai Luiz Ferreira de Souza (in memoriam) – que nunca entendeu o sentido exato de “tantos estudos e fases”, mas sempre elogiava e se orgulhava quando dizia que a filha mais nova estava na Universidade – coisa que até então nenhum parente tinha conseguido.

Ao meu esposo, Mauro Souza da Silva, que além de compreender minhas ausências para dedicação na Dissertação, participou da realização das pesquisas de campo no PAE Chico Mendes.

Ao meu Orientador, Elder Andrade de Paula, pela força e certeza que eu “daria conta do recado”, deixando eu me esforçar para compreender o objeto estudado e me dando “puxões de orelha” sempre que necessário.

Ao Professor Silvio Simione, que me ajudou e esclareceu pontos relevantes da Dissertação.

À Professora Eurenice Oliveira que contribui sempre com meus estudos, incentivando e ajudando a abrir novas portas ao meu conhecimento.

À Professora Marilina Conceição que gentilmente aceitou participar da banca examinadora contribuindo com seus conhecimentos na melhoria dessa Dissertação.

Ao Professor Lucas, pela participação na Banca e orientações durante o período do mestrado.

Às famílias do PAE Chico Mendes que nos receberam em suas residências com carinho e satisfação.

À CAPES.

À SUFRAMA.

RESUMO

O objetivo desta Dissertação é problematizar o discurso “embutido” nas políticas de manejo florestal madeireiro que ao invés de valorizar os conhecimentos das populações locais da Amazônia tende a demonstrar, na prática, sua desvalorização. Toma-se como referência a análise do discurso proferido pela Experiência MAP (Madre de Dios/Peru, Acre/Brasil e Pando/Bolívia) já que se trata de um experimento que envolve inúmeras organizações nacionais e estrangeiras ligadas a questão socioambiental. Observou-se que a Experiência MAP anuncia como princípio básico a defesa de um “desenvolvimento sustentável” pautado em critérios “essencialmente científicos” de domínio da natureza para fins de “exploração racional” de seus recursos. Esse processo apresenta como consequência uma crescente desvalorização dos conhecimentos das populações locais. Nessa perspectiva, tomamos como estudo de caso o PAE Chico Mendes – berço da resistência do sindicalismo rural no Acre e um dos primeiros lugares a se utilizar “métodos científicos” de uso racional dos recursos madeireiros como forma de valorização das tradições das populações locais. Configura-se, portanto, em um inusitado campo de investigação sobre a atuação do discurso inserido nas políticas de manejo florestal madeireiro na Amazônia Sul Ocidental do século XXI. A análise está fundamentada no método histórico comparativo e nos dados da pesquisa de campo realizada no PAE Chico Mendes.

Palavras Chave: Discurso Científico, Manejo Madeireiro, Amazônia, Experiência MAP, PAE Chico Mendes.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to confront the discourse "embedded" in forest management policies that timber instead of exploiting the knowledge of local populations of the Amazon tends to show in practice its devaluation. Take as reference the analysis of the speech given by Experience MAP (Madre de Dios / Peru, Acre / Brazil and Pando / Bolivia) since it is an experiment that involves many organizations and foreign nationals linked to social issue. We observed that the MAP Experience announces the defense as a basic principle of "sustainable development" based on criteria "essentially scientific" nature of the field for the "rational exploitation" of its resources. This process has increased as a result of devaluation of local knowledge of the Amazon. From this perspective, we take as a case study the PAE Chico Mendes - birthplace of the resistance of rural unionism in Acre and one of the first places to use "scientific methods" of rational use of resources such as timber supposed form of exploitation of local populations. Set, therefore, unusual in a field of research on the performance of the speech included in forest management policies in the Amazon timber south west of the XXI century. The analysis method is based on historical and comparative data from field research conducted in PAE Chico Mendes.

Keywords: Amazon, speech science, forest management timber, Experience MAP, PAE Chico Mendes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I.....	16
1. A globalização e a construção de um conhecimento universal.....	16
1. 1 O conhecimento moderno: o desenvolvimento sob o olhar da “neutralidade” e da “objetividade” científica	19
1.2 A integração da Amazônia ao processo de "modernização" através do discurso científico	24
Capítulo II.....	36
2. A Experiência MAP e o processo de desenvolvimento na Amazônia Sul – Occidental	36
2.1 A Experiência MAP: Um Breve Histórico	36
2.2 A atuação das instituições e das organizações na Experiência MAP	44
2.2.1 A atuação do Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera da Amazônia – LBA	47
Capítulo III.....	53
3. O caso do PAE Chico Mendes.....	53
3.1 Contexto Histórico de Criação do PAE Chico Mendes.....	53
3.2 A Organização Econômica e Produtiva do PAE Chico Mendes	57
3.2.1 Manejo florestal madeireiro no PAE Chico Mendes.....	60
3.3 Turismo Ecológico no PAE Chico Mendes	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR.....	73
APENDICE I: Relação de entrevistas realizadas por Francisca Mesquita Souza	80
APENDICE II: Relação de entrevistas realizadas por Laura Terron (2006) que foram citadas nesta dissertação	82
ANEXO I: Instituições que fazem parte do MAP.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS

MAP – Madre de Dios/Peru, Acre/Brasil, Pando/Bolívia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SETUR – Secretaria de Turismo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CAEX – Cooperativa Agroextrativista de Xapuri

COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

AMPPAE-CM – Associação dos Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes

ONG'S – Organizações Não Governamentais

ANG'S – Agencias Não Governamentais

NATEX – Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri

STR – Sindicato Dos Trabalhadores Rurais

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre

WWF – World Wildlife Fund

FAAO – Faculdade da Amazônia Ocidental

SEATER – Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal

SEPROF – Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar

GPS – Sistema Global de Posicionamento

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Área Geográfica do Experimento MAP	37
FIGURA 2: Organograma do MAP	42
FIGURA 3: Temas de Pesquisa do LBA	48
FIGURA 4: Localização do PAE Chico Mendes	56
FIGURA 5: Limites e Confrontações do PAE Chico Mendes	57
FIGURA 6: Ponto de recolhimento e apoio do PAE CM	57
FIGURA 7: Bolsa do programa de formação de Nilson Mendes	66
FIGURA 9: Interior da Pousada Ecológica	66

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, as relações entre os países se alteraram consideravelmente. Intensificou-se nesse período discussões a respeito do meio ambiente, transformado em um tema de “interesse do bem comum”, o que para muitos estudiosos do assunto é uma estratégia eficaz e disfarçada para justificar a intervenção internacional em regiões como a Amazônia. Na chamada “crise ecológica”, uma das táticas do sistema capitalista gira em torno da criação e da legitimação da forma degradante de utilização dos recursos naturais.

Para alcançar essa finalidade, recorre-se ao discurso científico como instrumento capaz de legitimar essa forma de produzir que é “comprovada” pela utilização racional dos recursos naturais onde é levada em consideração sua relação com a economia e a cultura das populações das florestas. O discurso científico tem sido convocado a solucionar questões de conflito entre esses tipos de interesses. Mas tendo em seu arcabouço a expansão ilimitada do capital, causa inúmeros movimentos de contestações de classes subalternas – muitas delas absorvidas pelo discurso naturalizador do processo de expansão do capital, tornando-se, muitas vezes, porta-vozes deste.

O “convite” para que a ciência resolva os problemas inerentes à expansão do capitalismo na Amazônia não é recente. Desde a década de 1970 o Estado vem montando e solidificando meios concretos de implementação de políticas de “modernização” que visam a integração da Amazônia ao mercado mundial. Com a acentuação da degradação ambiental, apenas se re-utilizou alguns desses mecanismos com uma nova roupagem, mas vestidas em um mesmo corpo. Neste caso, a utilização do discurso científico, ora tende a afirmar a necessidade e a legalidade do desflorestamento visando à “modernização”, ora tende a afirmar ser necessário preservar a Amazônia e utilizar de formas racionais de exploração, como veremos mais detalhadamente no decorrer desta dissertação.

Como ressaltou Rosineide Bentes (2005), no início do processo de ocupação da Amazônia prevaleceu a estratégia do desflorestamento, onde o Estado participou com a aprovação e execução de diversos projetos de desenvolvimento e de povoamento na região. Nessa situação, a floresta amazônica foi considerada um

obstáculo a ser vencido. A partir da década de 1990, porém, prevaleceu a utilização de meios "racionais" de uso dos recursos naturais visando à sobrevivência das gerações futuras. Essas diretrizes foram estabelecidas no documento intitulado Relatório Nosso Futuro Comum publicado em 1987. Neste foi estabelecido que desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras, além de suprir suas próprias necessidades.

Destaca-se como uma das conseqüências e objetivos imediatos desse processo a abdicação da perspectiva que associava a Amazônia às estratégias de "desenvolvimento nacional" para que o Estado se abstenha de algumas de suas funções básicas para deixá-las a cargo da sociedade civil – voltadas às regalias e desejos do mercado. Tendo a sociedade civil se fortalecido com base nesses objetivos, observamos a permanência acentuada de grandes redes das quais fazem parte muitas ANG's (Agências Não-Governamentais), ONG's (Organizações Não-Governamentais) estrangeiras e nacionais, assim como vários sindicatos, movimentos sociais, dentre outros interessados. Não sem muito a desejar, entra em cena mais severamente nas políticas de desenvolvimento para a Amazônia, o Banco Mundial que exerce funções que deveriam ser exercidas por instituições federais como a SUDAM.

Durante esse processo de consolidação e legitimação da sociedade civil passou-se a divulgar com maior ênfase conceitos que visassem à execução dos projetos da sociedade civil tais como "uso racional dos recursos naturais" e o tão mencionado "desenvolvimento Sustentável" – e todas as mazelas a este termo atribuídas –, com a intenção primeira de fazer desaparecer os históricos conflitos de classes através da utilização comum do desenvolvimento sustentável, como se tudo que envolvesse essas palavras fosse dar certo, ou fosse o melhor a todos os grupos sociais.

Nesse sentido, para que a sociedade civil garanta a legitimação de seus interesses e projetos a serem executados na área ambiental com fins econômicos é necessário que meios científicos possibilitem e garantam esses projetos – como vem acontecendo através do manejo florestal madeireiro no Acre. Através do discurso de exploração racional desses recursos se concretizam as políticas ambientais e

econômicas da sociedade civil e da sociedade política¹. Por isso, nosso objetivo nesse trabalho é mostrar como o discurso “embutido” nas políticas de manejo florestal madeireiro ao invés de valorizar os conhecimentos das populações locais da Amazônia tende a demonstrar, na prática, sua desvalorização através da proeminência do discurso científico que está vinculado a um conjunto de organizações e instituições que naturalizam esse discurso, como o Experimento MAP.

A utilização da Experiência MAP nesse trabalho justifica-se porque esta se sobressai como um bom objeto de estudo dentro da temática analisada devido ser um experimento de articulação da sociedade civil que atua na fronteira trinacional (Madre de Dios/Peru, Acre/Brasil, Pando/Bolívia), considerado um dos dez pontos de maior biodiversidade do planeta (<http://www.map-amazonia.net>). Buscamos compreender sua atuação nos processos de domínio da natureza para fins de exploração racional e as conseqüências dessa atuação nas populações locais da Amazônia brasileira, como no PAE Chico Mendes, área emblemática no contexto de luta de resistência pela terra no Acre e um dos primeiros locais a “aderirem” as formas racionais e científicas de utilização dos recursos madeireiros através do manejo. Por isso, consideramos a investigação da Experiência MAP de extrema relevância para o aprofundamento das reflexões que envolvem a “valorização” dos conhecimentos dessas populações.

Para a compreensão do tema abordado nesta dissertação, foram utilizadas de fontes primárias e secundárias, incluindo o uso de dados das entrevistas realizadas por Laura Terrón, em 2006, no PAE Chico Mendes. Nossa pesquisa de campo buscou absorver melhor a realidade dessas populações verificando se na prática sua realidade coincide com a divulgada pelo discurso de valorização dos conhecimentos tradicionais através das práticas de manejo madeireiro. A pesquisa foi realizada em dois momentos: em fevereiro de 2009, onde foram coletados alguns

¹ A junção dessas duas esferas forma o que Gramsci chamou de Estado Ampliado (Sociedade Civil + sociedade Política). A sociedade política é o estado em sentido estrito onde a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado. Por outro lado, a sociedade civil organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. Na sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (VIOLIN, 2009)

dados iniciais e em março de 2009, onde foram efetivamente aplicados os questionários à população do PAE Chico Mendes - sendo dirigidas a famílias bem sucedidas no manejo madeireiro e a outras famílias que não tiveram o mesmo sucesso a fim de compara a aceitação do discurso do uso racional do manejo madeireiro em diferentes famílias. Foram entrevistadas 15 famílias – das quais 09 fazem manejo madeireiro – e três funcionários da Pousada Ecológica. Além das entrevistas, foram muito enriquecedoras as conversas extras com as famílias, que “se empolgavam” e contavam inúmeras histórias sobre o lugar e sobre as pessoas que nele habitam.

No primeiro momento da pesquisa de campo o contato com os moradores do “centro²” do PAE Chico Mendes – parentes de Chico Mendes – minha surpresa e desespero foram inexplicáveis, já que a linha teórica desse trabalho, no primeiro momento, não se adaptava à realidade transmitida pelos divulgadores do projeto de manejo dentro de toda a comunidade. Nesse momento surgiu uma dúvida quando a validade desta análise, já que o discurso proferido pelos divulgadores do manejo madeireiro negava a teoria utilizada neste trabalho e validava a conciliação entre os conhecimentos locais e científicos. Formado o dilema, buscou-se compreender se a teoria ou a realidade estavam equivocadas. Com isso a pesquisa ficou, sem dúvida, mais estimulante. Foi possível sentir a força que o manejo madeireiro logrou em torno do discurso de “mercantilização da natureza” junto aquela população.

Esta análise está estruturada da seguinte maneira: no capítulo I, procuramos fazer uma abordagem geral da globalização verificando sua influência no processo de construção de um conhecimento científico e universal, neutro e objetivo, capaz de encaminhar os países em fase de desenvolvimento para uma linha evolutiva do progresso orientada pelos países europeus e pelos Estados Unidos, em particular. Nesse momento, apontamos para as consequências da utilização desse conhecimento objetivo nas políticas de desenvolvimento para a Amazônia e suas populações.

² Considera-se nesse trabalho o “centro” do PAE Chico Mendes como sendo a colocação Fazendinha, pois é lá que se reúnem os moradores, visitantes, onde se encontra a Pousada Ecológica, a sede da Associação, o posto de saúde, a escola e o bar da floresta.

No capítulo II, tratamos da Experiência MAP e da instrumentalização do discurso científico na fronteira trinacional. Nesse contexto, ela foi investigada como sendo um forte agente na formulação de estratégias de “uso racional” dos recursos naturais, orientando as políticas de desenvolvimento sustentável na região pautada nesses critérios. Como implicação dessa instrumentalização do discurso científico na área abordada, acreditamos existir uma desvalorização dos conhecimentos das populações locais da Amazônia a favor da autoridade e legitimidade do discurso científico.

Essa discussão se intensifica e se aprimora no capítulo III, onde tratamos especificamente do caso do PAE Chico Mendes, que por ter sido centro da luta de resistência pela terra no Acre e atualmente modelo na área de manejo florestal comunitário no Brasil, se traduz como uma área de relevante interesse para análise e compreensão da instrumentalização do discurso científico sobre a utilização dos recursos naturais. Nesse estudo de caso, verificamos que o discurso que afirma valorizar os conhecimentos tradicionais dessa população, na verdade, afirma na prática seu oposto através da naturalização desse discurso por inúmeras organizações e instituições que têm interesses econômicos na Amazônia. Na parte final desta Dissertação concluímos que o discurso embutido nas políticas de manejo madeireiro ao invés de valorizar a população do PAE Chico Mendes forja espaços nesta comunidade visando a apropriação dos recursos naturais da Amazônia assim como de seus conhecimentos.

Capítulo I

1. A globalização e a construção de um conhecimento universal

“Os discursos dominantes da globalização oferecem a ilusão de um mundo homogêneo que avança constantemente em direção ao progresso. Mas a globalização está intensificando as divisões da humanidade e acelerando a destruição da natureza” (Coronil In Lander, 2005: 128)

Desde a queda do socialismo real³, as sociedades do Ocidente passaram a disseminar com mais persistência seus padrões e valores sócio-econômicos, político e culturais, embutidos nos ideais de “modernização” e seus sinônimos que tem como maior expressão o pensamento científico moderno. Autores como IANNI (2006:99) fundamentam que a tese da “modernização” imposta aos países em desenvolvimento “[...] sempre leva consigo a tese da ocidentalização, compreendendo principalmente os padrões, valores e instituições predominantes na Europa Ocidental e nos Estados Unidos”.

Associados a Ianni, outros autores latino-americanos também partilham a mesma idéia, onde o discurso dominante traz o capitalismo como um sistema civilizatório superior e inquestionável, sendo necessário ser adotado pelos demais países como forma de expandi-lo (LANDER, 2005). A expansão desse sistema e seus valores envolvem conquistas militares, territoriais, exploração econômica, e demais mazelas embutidas na trilogia globalização/“modernização”/desenvolvimento. Mas, para que isso ocorra de forma “sutil e justificada”,

[...] os que lideram e mais lucraram com ela [a expansão do ocidentalismo] justificaram-na a seus olhos e aos do mundo com base no bem maior que representou para todos os povos. “O argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo invariavelmente chamado de civilização, crescimento e

³ Nas concepções de Fernando Coronil, um dos críticos do eurocentrismo colonial na América Latina, “com o fim do socialismo real como alternativa real de futuro [...] a ordem capitalista aparece no novo milênio como a única forma de sociedade viável e, portanto, como o horizonte possível para sonhos de realização pessoal e esperanças de redensões coletivas” (CORONIL In LANDER, 2005:106),

desenvolvimento econômico ou progresso” (WALLERSTEIN, 2007:29).

Nas concepções de Wallerstein, com a chamada globalização ou “modernização” do capital, através dos ideais europeus e norte-americanos, passou-se a expressar com mais ênfase valores universais de progresso dessas sociedades que explicam todas as suas políticas perante o resto do mundo de forma quase inquestionável.

De acordo com Lander, o destaque nos discursos que exaltam a globalização como sendo a não divisão entre Oriente e Ocidente, Norte e Sul, evidencia-se a exclusão das cicatrizes de um passado conflituoso, fazendo com que a história de todos os povos atinja um fim harmonioso e comum. Assim, como já afirmara Coronil (In LANDER, 2005:106), a intenção maior dessa globalização é a promoção da crença de que diversas histórias, geografias e culturas possam se unir através de um processo de integração universal, onde todos os seguimentos sociais dêem as mãos em busca de um objetivo em comum, como se os conflitos se extinguissem e os interesses tornarem-se harmônicos e idênticos.

A globalização neoliberal é apresentada, na teoria como homogênea e pluralista, quando na realidade “[...] nos fundamentos materiais capitalistas, esse pluralismo não pode ir muito longe, pois seus parâmetros absolutos são estabelecidos pelo pressuposto das bases materiais e institucionais da vida social capitalista como tal, para as quais não pode haver alternativas” (MESZAROS, 2004:243). Esse fenômeno já apresentou outras formas e outras denominações no passado, como por exemplo: expansão capitalista, colonização, migrações mundiais, intercâmbios transculturais, dentre outros.

Não é exagerado dizer que os discursos da globalização estão muito longe de serem homogêneos. Assim, “a globalização não é um fenômeno novo, , mas sim a manifestação intensificada de um antigo processo de intensificação do conteúdo transcontinental, de expansão capitalista, colonizações, migrações mundiais e intercâmbios transculturais (CORONIL In LANDER, 2005:107).

Para muitos críticos do colonialismo e do eurocentrismo, como Edgardo Lander⁴, o neoliberalismo vem se consolidando no sistema atual também devido ao fato de que ele tem sido compreendido apenas como uma teoria econômica e não como um modelo civilizatório imposto a humanidade. Sob esse ponto de vista, o atual sistema capitalista coloca seus ideais sob uma argumentação naturalista e universal que não permite dúvidas a respeito desse sistema como sendo o melhor a ser seguido pelas demais sociedades. Lander caracterizou esse processo como sendo a *naturalização das relações sociais*, pois “[...] as características da sociedade chamada moderna são a expressão das tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade” (LANDER, 2005:22).

De acordo com esse olhar, a sociedade liberal torna-se a única sociedade possível e desejada pela humanidade, já que é caracterizada como o último passo em busca de uma sociedade harmoniosa, sem ideologias de classe. Assim, com a intenção de naturalizar os antagonismos sociais, o pensamento neoliberal além de impregnar-se por todos os países “levando a “modernização””, alastrou-se por outras partes do globo, através dos seguintes princípios orientadores, já mencionados anteriormente:

1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a ‘naturalização’ tanto das relações sociais como da ‘natureza humana’ da sociedade liberal-capitalista; [...] 4) *a necessária superioridade dos conhecimentos que esta sociedade produz (‘ciência’) em relação a todos os outros conhecimentos* (LANDER, 2005:33, grifo nosso).

Na nossa interpretação, estes princípios refletem apenas a violência colonial e imperial com que sempre foram tratados povos considerados de cultura arcaica através do “[...] manto embelezador das missões civilizatórias e planos de modernização” (CORONIL, 2005:108). Por isso, muitos autores como Fernando Coronil, afirmam que é possível situar o nascimento e evolução do capitalismo não na Europa, mas “[...] já nas globalizadas interações entre a Europa e os seus outros coloniais” (ibidem, 2005:111).

⁴ Sociólogo da Universidade Central da Venezuela.

Também por isso a globalização neoliberal vem apresentando-se como única opção viável àqueles países que desejam sair da linha retrógrada do arcaísmo e inserir-se nas formas mais avançadas de sociedade existente disseminadas. Para isso, o pensamento neoliberal está baseado em condições histórico-culturais específicas:

[...] O desaparecimento ou derrota das principais oposições políticas que historicamente se confrontavam com a sociedade liberal (o socialismo real e as organizações e lutas populares anticapitalistas em todas as partes do mundo), bem como a riqueza e o poderio militar sem rivais das sociedades industriais do Norte contribuem para a imagem da sociedade liberal de mercado como a única opção possível, como o *fim da história* (Lander, 2005: 22, grifo do autor)

Os argumentos mais utilizados inscrevem-se dentro de uma lógica de questionamento da pretensiosa vontade de objetividade e legitimidade do conjunto de saberes modernos atualmente impostos em todo o globo por serem eles divulgados como sendo “descorporizados”, “descontextualizados”, “des-objetivados” e “universais”, acabando, assim, por legitimar as práticas de mercado das sociedades do Ocidente. As formas de conhecimento elaboradas para a compreensão da sociedade moderna transformaram-se nas únicas formas válidas de conhecimento, que são, por sua vez, considerados os únicos eixos orientadores de políticas como as do desenvolvimento, que são direcionadas por “especialistas, treinados na tradição ocidental” (ESCOBAR citado por LANDER, 2005). Nesse sentido, abordaremos na próxima seção a neutralidade e objetividade do conhecimento científico produzido e difundido enquanto capaz de se sobrepor aos interesses de grupos sociais diversos e manifestar o interesse geral acima dos interesses de classe.

1. 1 O conhecimento moderno: o desenvolvimento sob o olhar da “neutralidade” e da “objetividade” científica

Os debates epistemológicos na Europa do século XVII demonstram a transformação da ciência moderna na única forma de conhecimento válido, pois vai além dos fatos apresentados ou percebidos ampliando o olhar sob os fatos observados. Indo além das aparências há um processo de racionalização da experiência e não apenas a limitação a explicações do senso comum, baseado nas

tradições. A base do conhecimento científico moderno não é a descrição pura dos fatos observados, mas a racionalização da experiência através de teorias que podem ser testadas.

São nesses pontos que nos atentaremos em nossa análise sobre o conhecimento científico. Este será analisado enquanto forma de impor culturas e modos de vida modernos ou ocidentais ao restante dos povos que não se enquadram na situação de europeus, de desenvolvidos, mas que até defendem essa bandeira devido o consenso em torno da objetividade científica.

A aceitação dessa forma de conhecimento deu-se principalmente pela ascendência do capitalismo, que como observamos na seção anterior, necessita de formas legitimadoras para sua ampliação e reprodução. O progresso material das sociedades industrializadas obteve na ciência a direção e a orientação de seu desenvolvimento, pois o conhecimento científico moderno é considerado “[...] certo, objetivo, com base empírica, sem contaminação pelos preconceitos ou pelos erros” (ESCOBAR in LANDER, 2005:42). É como certa vez afirmou DEUS (2006:214): “[...] a ciência e o capitalismo tem vivido em regime de núpcias quase perfeito, a mais de três séculos”.

Além da expansão do capitalismo ser possível tendo por base a ciência, é possível destacar alguns aspectos importantes para sua legitimação enquanto forma de conhecimento válido para a promoção do desenvolvimento do sistema-mundo moderno, que segundo Wallerstein pode ser mencionada a rejeição da teologia enquanto modo de conhecimento exclusivo pela racionalidade humana de interpretar o mundo e suas leis naturais. Para não ser mera variante da teologia, os críticos afirmavam que a filosofia necessitou de provas concretas a partir da realidade empírica, que segundo eles, seriam a base de uma outra forma de conhecimento: a “ciência”. Nesse ínterim, a filosofia foi rejeitada devido ao seu caráter especulativo para a consolidação da ciência enquanto forma de conhecimento universal (WALLERSTEIN in SANTOS, 2006:123).

Em crítica a atuação da ciência moderna, considerada como uma forma de destruição de culturas e valores, Jorge Dias de Deus, afirma que

A ciência, como forma específica do conhecimento da natureza e da sociedade, foi sempre acompanhada do capitalismo. Quando o peso das tradições e das nações vai desaparecendo, quando as relações sociais se tornam objetivas, assentando na troca de objetos, eles próprios metamorfoseados em abstratas mercadorias, não há forma de conhecimento mais adequada do que a fornecida pela ciência: um conhecimento universal e objetivo. Deixa de haver mundozinhos particulares cheios de percursos metafísicos, para passar a existir, sim um mundo global e objetivo (DEUS IN SANTOS 2006:214)

Nesse mesmo caminho, Wallerstein (2007:116) acredita que devido à ciência estar desvinculada da cultura, ou seja, ser externa a cultura contribui severamente para as justificativas de legitimação do poder da classe dominante no mundo moderno, pois “o cientificismo (...) apresenta o universalismo como ideologicamente neutro, desinteressado da ‘cultura’ e até da arena política”

O conhecimento científico moderno vem sendo imposto como a única forma de solucionar os problemas causados pelas desigualdades, próprias do sistema capitalista, “gerando” o bem comum à humanidade, o desenvolvimento, o progresso, ou ainda o caminho em uma linha evolutiva. Dessa forma, formulou-se também a idéia de que “[...] a busca do bem foi excluída do terreno do saber superior, o que fez com que não houvesse base para criticar a lógica dessas interferências, já que quem o fizesse estaria sendo antiintelectual” (ibidem:117-118).

O conhecimento científico moderno vem adquirindo, assim, uma enorme aceitação perante as sociedades não ocidentais, mas não só por ele ser apresentado como neutro, isento dos interesses de classes, mas também porque através da isenção/imparcialidade, é possível construir uma relação coerente entre a ciência e o “desenvolvimento”. A idéia de que as sociedades não industrializadas poderiam seguir a mesma linha evolutiva de progresso percorrida pelas sociedades modernas, se tivessem como eixo orientador o conhecimento científico, intensificou-se e alastrou-se por todo globo a partir do discurso de posse do Presidente Truman, em 1949.

Nessa declaração foi traçado um plano para o crescimento econômico e a prosperidade do mundo inteiro, “inclusive” das áreas subdesenvolvidas, como veremos a seguir:

Devemos iniciar um programa novo e ousado que torne os benefícios de nosso progresso científico e industrial disponíveis para o aprimoramento e o crescimento das áreas subdesenvolvidas... O antigo imperialismo – a exploração para lucros estrangeiros – não tem lugar em nossos planos... Um aumento na produção é a chave para a prosperidade e para a paz. *E a chave para o aumento da produção é uma utilização mais ampla e mais vigorosa da ciência moderna e do conhecimento técnico.* (TRUMAN, Discurso inaugural, 20 de janeiro de 1949, grifo nosso)

Como se percebe, anunciada uma nova era do desenvolvimento, os elementos mais importantes para esse avanço são a ciência e a técnica, que para muitos foram considerados “[...] a causa da superioridade do Norte e a garantia da promessa do desenvolvimento” (ULLRICH IN Sachs, 2005: 339). A crença no progresso científico e tecnológico foi intensa, inclusive nos países de Terceiro Mundo, principalmente por esse progresso estar sendo disseminado “[...] como uma nova religião universal” (ibidem: 340), onde não mais reina o colonialismo, mas a cooperação entre os países – desenvolvidos e subdesenvolvidos – através da ciência.

Um dos maiores entusiastas terceiro-mundistas da utilização da ciência como principal agente do desenvolvimento e do bem estar material dos pobres do planeta foi Jawaharlal Nehru, o primeiro ministro da Índia independente, que considerava ciência e desenvolvimento como sinônimos.

Como observamos,

Apesar de relapsos e inseguranças ocasionais, a religião do progresso instaurou-se tão profundamente na mente da maioria, que até hoje, qualquer crítica que lhe seja feita tem mais probabilidade de ser considerada uma heresia incorrigível do que uma voz cautelosa que adverte sobre um caminho errado (ULLRICH IN SACHS, 2005:340)

O tão sonhado desenvolvimento para os países considerados subdesenvolvidos foi divulgado pelos países avançados como sendo inseparável dessa nova forma de conhecer, posto que “[...] o que existia antes do desenvolvimento, seja em termos de natureza propriamente dita, ou de formas não ocidentais de subsistência, não possuía, segundo o que hoje nos dizem a mesma racionalidade, sagacidade e eficiência da ciência moderna” (ALVARES IN SACHS, 2005:43).

Por isso,

O conhecimento científico – considerado superior à emoção, à casta, à comunidade, à religião e à própria racionalidade – tornou-se o mecanismo preferido e principal para efetuar mudanças, mudanças essas que não se sobrepunham ao interesse de todos, mas, ainda mais importante, que eram passíveis de serem impostas a todos. Na verdade, nunca houve tanto consenso entre os intelectuais de tantos países, fossem esses liberais, comunistas, reacionários, adeptos de Gandhi, conservadores ou até mesmo revolucionários: todos sucumbiam à tentação absolutista da ciência. (ALVARES IN SACHS, 2005:54)

Estranha capacidade essa de a ciência moderna conseguir unir em mesmo segmento concepções tão variadas e antagônicas! Ora, essa tendência é bastante compreensível, se visualizarmos que se cria uma ideologia forte e absolutista, bem disfarçada através de sua pretensão de cientificidade e de neutralidade, que tem conseguido destruir sociedades e comunidades locais inteiras (MUZIO, 1999:136)

Santos (2005) destaca dois processos paralelos ao domínio do conhecimento. O primeiro processo que ele destaca “[...] é a emergência de uma concepção a-histórica do próprio conhecimento científico”, caracterizada pelo esquecimento de concepções ou formas de saber anteriores, ou consideradas inferiores ao conhecimento científico moderno. O segundo processo é o que ele chamou de “destruição criadora”, processo no qual teve como consequência “a morte dos conhecimentos alternativos”, contribuindo, ou melhor, sendo fator essencial para a subalternização dos diversos grupos sociais que são classificados como pertencentes a uma forma anterior de conhecimento não mais válida perante a nova fase do desenvolvimento caracterizado pelo domínio da ciência.

Mesmo as vantagens da ciência sendo apresentadas e defendidas tão veementemente, para muitos, suas verdades não se encontram tão evidentes assim, principalmente para tribos e camponeses, agricultores e todos os segmentos sociais que não aderiam as falácias do discurso ocidentalista de progresso, mas que, no entanto, possuem agentes que os conduzem a aceitação deste processo de desenvolvimento que “[...] tornou-se coercitivo, com políticas que obrigavam os indivíduos ‘para seu próprio bem’, a participar de novos tipos de organização (...) e a

fazer parte de cooperativas” (ALVARES IN SACHS, 2000:49) em nome do desenvolvimento proclamado a partir da declaração de Truman em 1949.

Assim, era imprescindível para seguir os rumos do desenvolvimento, que os Estados nacionais, principalmente os do Terceiro mundo, se integrassem à lógica dos mercados globalizados, propondo políticas e estratégias que viessem a favorecer as diretrizes do mercado justificadas por argumentos racionais.

Nesse sentido, analisaremos na próxima seção como se deu a instrumentalização do discurso científico nas diferentes fases de “modernização” de uma região específica que nas últimas décadas tem sido palco de inúmeros debates especialmente em torno da degradação ambiental que ocorre na Amazônia. Nessa seção, nossa análise será pautada principalmente pela investigação do uso da autoridade científica, enquanto capaz de “modernizar” a Amazônia destacando a diferença de atuação do discurso científico do início de sua “modernização” para a atual fase de desenvolvimento da Amazônia.

1.2 A integração da Amazônia ao processo de "modernização" através do discurso científico

Como vimos na seção anterior, os países dominantes tem extrema capacidade de colocar num plano ‘universal’ todas as questões que geram conflito e de fazer com que os demais países sigam a linha de desenvolvimento proposta por eles. Becker já havia esclarecido que com o fim da Guerra Fria, houve significativas alterações nas relações internacionais, onde os Estados Soberanos “[...] passaram a ter grande participação em organizações internacionais e aceitar práticas comuns no comércio, na proteção ambiental e nas questões de cidadania. Instituiu-se, de forma velada, uma concepção de intervenção em nome do bem comum” (Becker, 2004:139).

Enquanto se coloca em um plano universal essas questões, busca-se a subordinação das demais regiões ao processo de "desenvolvimento". Se observarmos atentamente o processo de formação da região amazônica, veremos que desde o início ela foi cercada por ideais de desenvolvimento de acordo com os

conquistadores, que utilizaram argumentos que traria o bem comum à humanidade. No período atual não é diferente.

A concepção que se tem hoje sobre a Amazônia recebeu grande influência da imagem divulgada pelos colonizadores europeus – imagem estas que não diferem muito do quadro pintado do Brasil no período colonial, onde para grande parte da sociedade brasileira, esse território era habitado apenas por canibais e bestas indomáveis, apesar de ser um vasto território de belezas exóticas e riquezas infindáveis (ARBEX JR., 2005)

José Arbex Júnior⁵ não hesita em dizer que essa visão do Novo Mundo foi formada e moldada de acordo com a tradição européia, criada pelos divulgadores e cronistas desse "descobrimento". Já durante esse período o imaginário que giravam em torno da natureza brasileira, além de servirem de inspiração para muitos intelectuais, religiosos e artistas europeus, tiveram

[...] uma função muito útil de instrumento diplomático, ao servir de base para as negociações entre Portugal e Espanha sobre a formação das colônias nas Américas. O mito da Ilha Brasil dava legitimidade 'natural' às pretensões de posse da coroa portuguesa, nos marcos das negociações com a Espanha, consagradas pelo Tratado de Tordesilhas. Lisboa reclamava sobre uma suposta unidade ecológica formada por um todo de florestas, bacias hidrográficas e acidentes geográficos, enfim uma ordem natural que expressava a vontade de Deus (ARBEX JR., 2005: 22)

A divulgação dessa idéia de natureza divinizada em torno do Brasil, incorporada pelos intelectuais da coroa portuguesa especialmente no período de disputas pelo território, ganhou êxito inclusive entre os próprios brasileiros. A partir de então, estabelecia-se uma identidade entre o Brasil histórico e o Brasil natural, “[...] como se um fosse a perfeita expressão do outro, mito que aparece tanto na obra de historiadores e antropólogos, a partir de Pero Vaz de Caminha (‘terra chã e formosa’), quanto na linguagem corrente (‘país abençoado por Deus’)” (ARBEX JR, 2005: 22).

Como explica o autor mencionado, essas idéias a respeito da formação e da legitimidade em torno do território brasileiro e da própria Amazônia vem se

⁵ José Arbex Júnior é jornalista e escritor brasileiro, doutor em história social pela Universidade de São Paulo (USP).

adequando com o passar do tempo. Se antes predominava o discurso naturalista para imposição dos ideais europeus, principalmente para exploração dos recursos naturais, hoje predomina o discurso científico para legitimação do mesmo tipo de ideal. No entanto, apresenta-se com uma nova roupagem. Hoje se prega que através da cooperação entre as diversas culturas e os diversos países é possível chegar-se ao desenvolvimento, ao progresso, ou mesmo à civilização, como proclamada durante o século XVI.

Assim como em períodos anteriores a “ocupação” da Amazônia, a Amazônia foi caracterizada intensivamente pela atuação do modo científico desenvolvimentista de pensar e utilizar os recursos naturais. A ciência foi capaz, dentre outras coisas, de inventar e de produzir altas tecnologias que garantiriam não apenas bons níveis de lucro econômico – o que favoreceu a marcha ao progresso – mas também buscou “domesticar o que os cientistas percebiam como natureza e modos de vida ‘selvagens’, causando os níveis mais intensos de degradação dos solos, destruição de rios, de florestas e das redes subterrâneas de água, bem como a poluição do ar, dos rios e dos oceanos” (BENTES, 2005: 2).

Para Rosineide Bentes, não há dúvidas de que “[...] a ciência desenvolvimentista promoveu tecnologias predatórias, intensamente”. Para ela,

A descoberta dos primeiros cientistas de que as plantas crescem mais rapidamente quando expostas à luz direta do sol, aumentando a produtividade e a lucratividade agrícola, implica desflorestamento, mas foi propagandeada como um método “superior”, capaz, inclusive, de civilizar a “hostilidade” da natureza e o “primitivismo” e o “atraso” dos métodos de plantio-manejo ecológico praticados por outros povos. Desflorestar tornou-se “ato civilizatório” (BENTES, 2005: 2, grifos nossos).

Nesse sentido, o discurso científico já estava demonstrando sua “eficiência” e a necessidade de se levar a “modernização” para as áreas necessitadas e vazias, como fora considerada a Amazônia – através do cientificamente comprovado desflorestamento. Esse modo de conhecimento, como foi declarado no capítulo anterior, passa a ter ênfase no seu caráter e status de superioridade correspondendo ao mais alto nível de civilidade e desenvolvimento, por tanto, inquestionável.

Foi seguindo essa linha de desenvolvimento proposta pelo discurso da ciência moderna que a Amazônia passou a integrar os discursos de desenvolvimento econômico por meio da apropriação de seus imensos recursos naturais com vistas à exportação. Inicialmente, ou mais intensamente, essa integração deu-se a partir das riquezas produzidas durante a cultura da borracha – comércio de rápida aceitação no mercado mundial – para suprir as necessidades do capital monopolista internacional do setor de artefatos de borracha. Juntamente com o café, a extração de látex atraiu vários investidores e imigrantes ao território amazônico em busca de prosperidade econômica, de "dinheiro fácil". Esses fatores foram intensamente divulgados pelas autoridades brasileiras como indispensáveis à ocupação da região Amazônica, denominada "vazia" (sob o ponto de vista de uma forma de produção capitalista). Segundo Suely Costa (2000: 31),

A medida que se organizaram os seringais, levas de imigrantes nordestinos, que na época enfrentavam o problemas da seca e suas conseqüências, sem perspectivas em sua região, migraram para a Amazônia ocupando terras onde as fronteiras brasileiras ainda não estavam bem definidas com o Peru e a Bolívia, sendo responsáveis pela incorporação ao Brasil da região que posteriormente viria a se constituir no atual Estado do Acre.

Além da valorização de um produto regional, no caso o látex, a ocupação dessa região fez com que a Amazônia "[...] não só participasse ativamente da economia brasileira, como também se projetasse no mercado internacional" (COSTA, 2000: 31). No entanto, a euforia econômica com o látex não durou muito tempo, pois cerca de trinta anos depois, o declínio econômico do látex assolou a região. Muitos acreditam e afirmam ter sido incompetência do governo brasileiro, que não se esforçou para aprimorar o método de coleta e extração do látex associada à esperteza de empresários europeus que levaram sementes de seringueira à malásia visando a produção de látex nesse território.

Assim, o Brasil que era o grande produtor de látex naquele período, passou a ser exportador de menos de 1% da borracha natural do mundo, culminando num processo de estagnação econômica na região e levando vários seringalistas a falência.

Levando em consideração esses dentre outros fatores, a Amazônia deixa de ser notícia até por volta de 1930, período em que a discussão sobre a Amazônia

volta aos cenários da mídia. O Estado brasileiro passa a planejar estratégias para a Amazônia a partir do processo chamado "Reformas" do Estado brasileiro. Com essa reforma, "Vargas⁶ queria construir um aparelho de Estado nacional politicamente centralizado, em oposição ao sistema estabelecido pela República Velha, em que reinavam oligarquias regionais que tratavam cada Estado da Federação como uma espécie de feudo" (ARBEX JR, 2005: 33).

Com Getúlio Vargas a política de desenvolvimento pautou-se pela idéia de integração da Amazônia ao restante do país, ou seja, pretendia-se adaptar o eixo de desenvolvimento da Amazônia aos padrões das regiões centrais do país, o que tendia a favorecer o mercado internacional. O Brasil, dessa maneira, foi dividido em cinco regiões (adotada até hoje pelo IBGE) de acordo com os critérios naturais, onde a Amazônia foi caracterizada e definida a partir da floresta. Nessa discussão, BUENO, citado por Arbex Jr. acredita que

O uso do conceito de região natural, além de atender bem às preocupações com levantamentos estatísticos e de planejamento, servia para lançar um novo modo de ver o espaço nacional, minimizando as disputas e divergências regionais. Iná de Castro acredita que o reconhecimento apenas das paisagens naturais na percepção das diferenças naturais na percepção das diferenças do território brasileiro implica também reforçar o mito da unidade territorial como suporte da unidade política e da coesão social do nacionalismo, já que reconhecer outras diferenças poderia abalar essa crença. [...] Econômica e politicamente, a Amazônia sempre esteve mais articulada com os Estados e países vizinhos. Nos dois governos de Vargas, a região passou a ser considerada área prioritária nos planos de desenvolvimento e integração nacionais. (BUENO, citado por Arbex Jr., 2005: 33, grifo nosso)

A importância da região amazônica para o desenvolvimento nacional durante o governo de Vargas pautou-se exclusivamente em uma política de agressão aos recursos naturais da Amazônia, com a criação, por exemplo, da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás, "[...] que simbolizavam a um só tempo, o desenvolvimento econômico doméstico e a afirmação da soberania nacional" (ARBEX JR., 2005: 34).

Não tendo conseguido alterar profundamente a paisagem amazônica, couberam aos demais governos a seguinte missão: explorar e povoar a região

⁶ Vargas foi presidente do Brasil entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.

amazônica. Assim buscou Juscelino Kubitschek ⁷ (1956-1960). A ocupação da Amazônia foi “favorecida” pela construção de estradas como a Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho. Ainda segundo Arbex Jr. Juscelino Kubitschek adorava se imaginar como um moderno bandeirante, que tinha por missão levar a civilização para as áreas mais incultas e longínquas do país.

Na concepção de Juscelino Kubitschek, seria esse o espírito que curaria o povo brasileiro de seus males tradicionais, dentre eles o ‘desamor ao trabalho’ (idem). Com essa visão, caberia ao Estado “reinventar a nação”, integrando as mais distantes áreas brasileiras ao restante do país. Visando este fim, Getúlio Vargas anunciou a chamada ‘marcha rumo ao Oeste’, que contribuiu para o aumento do fluxo migratório para o Centro-Oeste devido aos altos investimentos em estradas, ferrovias, na construção civil, indústria de alimentos, etc., investimentos que favoreciam mais o mercado externo do que mesmo a integração entre as regiões do país.

Com a ideologia desenvolvimentista executada durante a Ditadura Militar buscou-se combinar os ideais de ‘desenvolvimentismo’ e doutrina de segurança nacional, dando ênfase aos aspectos geopolíticos do processo de ocupação da Amazônia (o lema era ‘integrar para não entregar’). Idéias como essas trouxeram grandes empreendimentos para a região, como as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre que buscavam ligar as regiões mais desenvolvidas do Brasil com as áreas menos povoadas, como a Amazônia, considerada já uma região de abundância em recursos naturais do país e do mundo. Todo esse período foi marcado pela implantação de grandes projetos que visavam aprimorar o conhecimento sobre o potencial de riquezas da Amazônia para posterior exploração.

Como salienta Paula, a Ditadura Militar estava associada aos interesses do capital internacional, por isso recebeu tantas críticas especialmente por estudantes, organizações de esquerda, intelectuais de renome no mundo acadêmico, dentre outros. Os argumentos desse segmento social giravam em torno do domínio de grandes extensões territoriais por empresas multinacionais, assim

⁷ Juscelino Kubitschek foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961.

como a devastação acelerada das florestas que tinha como conseqüências a expropriação violenta do campesinato e dos povos indígenas (PAULA, 2005b: 3).

Uma das maiores "contribuições" do período da Ditadura Militar foi o imaginário forjado a respeito do processo de ocupação da região amazônica. O famoso lema "'uma terra sem homens' (região norte) para 'homens sem terra' (região Nordeste) construiu uma imagem sobre a Amazônia enquanto uma 'terra de oportunidades' exposta apenas à ousadia e determinação de aventureiros; celebrou a força do homem contra a natureza, simbolizada pelo motosserra e por grandes obras como a Transamazônica; acentuou os traços mais perniciosos e catastróficos da mentalidade colonialista com relação à Amazônia" (ARBEX JR., 2005: 37).

Ainda resta-nos esclarecer que no período dos anos 60 e 70, a floresta amazônica, como ressaltou Paula (2005) foi considerada, ou percebida pelo núcleo do Estado e seus aliados internacionais como um obstáculo a ser vencido⁸. A expansão do progresso técnico para a região tinha como hipótese a remoção de uma parcela substancial de suas florestas. A partir dos anos de 1980, foram várias as denúncias que apontavam para a destruição da Amazônia visando o desenvolvimento de atividades agropastoris. Diversos segmentos da sociedade incluindo movimentos ambientalistas internacionais e organismos multilaterais "sentem-se cada vez mais pressionados para suspenderem financiamentos a programas e projetos que impliquem no desmatamento na região" (PAULA, 2005b:).

A partir de 80, diversas críticas surgem a respeito dos efeitos socioambientais dos projetos do Estado desenvolvimentista visando à "modernização", principalmente entre os segmentos da sociedade civil nacional e internacional. É o Estado, enquanto executor dessas políticas, questionado. Para Paula,

A Amazônia, antes interpretada nas políticas de desenvolvimento como 'inferno verde', que precisava ser 'desbravado' para integrar-se a marcha do 'progresso' da nação, passa a ser enfocada por movimentos ambientalistas como 'paraíso' que deveria, por razões diversas, manter-se preservado, para o bem do planeta (PAULA, 2005b: 186)

⁸ Segundo o autor, a Amazônia passa de "inferno verde" a "paraíso" dos verdes (PAULA, 2005a: 187)

A partir daí a Amazônia passa a ter um papel de destaque na mídia internacional sendo considerada como um lugar divinizado onde a preservação e a conservação deveriam reinar ao invés de se manter o nível de progresso do período da Ditadura Militar, causando grandes impactos ambientais produzidos pelo uso de agrotóxicos e esgotamento dos recursos naturais. A política agora é outra. Os grandes desmatamentos causavam na Amazônia não progresso, mas grandes alterações no ecossistema, produzindo, assim, inúmeros efeitos negativos na camada de ozônio. Era baseada principalmente nesses argumentos que se almejava a preservação da natureza para o bem comum da humanidade.

Foi principalmente na década de 1980 que cresceu a expectativa em torno de uma maior participação dos diversos segmentos da sociedade civil para o direcionamento das políticas e estratégias de desenvolvimento para a região, que incluíam principalmente a questão ambiental, que passou a ser incorporada na retórica dos diversos atores sociais e por mecanismos multilaterais de regulação que definem um conjunto de regras destinadas a disciplinar o ordenamento das relações internacionais (PAULA, 2005b: 16). Essa ação política propiciou a conquista de grandes espaços por esses segmentos da sociedade civil que iam de encontro às ações de governos e agências multilaterais, também consideradas participantes no processo de destruição da natureza amazônica. A partir desse momento, Paula nos relata que "[...] essas pressões acabaram interferindo de forma significativa no reordenamento das políticas para a região" (PAULA, 2005b: 188).

Quando o Estado "perdeu" sua capacidade de atuação frente à globalização, o mercado passou ser considerado o melhor instrumento para solucionar os mais diversos problemas, principalmente devido sua alardeada racionalidade. Nesse sentido, ao invés do Estado ser o principal agente do desenvolvimento, como havia acontecendo, é agora a sociedade civil melhor capacitada para tanto, principalmente a partir dos anos 90 com o aprofundamento do processo de 'reformas do Estado'.

Isso não significa dizer que o Estado não esteja auxiliando esse processo de valorização da sociedade civil no sentido de melhor executar/facilitar a implementação de seus projetos de desenvolvimento para a Amazônia. Ao contrário, a atuação da sociedade civil está e sempre esteve pautada nas diretrizes e

orientações do Estado. No entanto, o que acontece é o seguinte: estando os segmentos da sociedade envolvidos a frente desse processo, torna-se mais fácil legitimar o processo de apropriação dos recursos naturais, pois é a própria sociedade civil quem está “falando” em nome do desenvolvimento da região, em nome dos povos necessitados e da preservação da floresta.

No Brasil essas reformas iniciaram com Fernando Collor (1990-92), mas foi com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que elas foram efetivadas profundamente. Segundo análises de Paula (2005a),

Entre os objetivos proclamados, figurava a retomada do crescimento – via redirecionamento do padrão ‘desenvolvimentista’ – com ênfase na “modernização” da estrutura econômica no sentido de torná-la mais competitiva internacionalmente, assegurando, assim, ao Brasil condições para enfrentar os novos desafios do ‘mercado’ sob o contexto determinado pela globalização. Renunciar a esse desafio implicaria, necessariamente, a ‘exclusão’ do país do acesso aos ‘benefícios da globalização’ e, fatalmente, a ‘condenação ao atraso’ diziam os seus proponentes e defensores. (PAULA, 2005a: 266)

Para isso, portanto, era necessária a criação de um consenso perante a população sobre os benefícios das reformas. Isso, porém, não foi difícil. Esse consenso se formou efetivamente quando a sociedade civil passou a ser mais valorizada nesse processo de implementação das reformas estruturais.

Nessa perspectiva, multiplicam-se os mecanismos de mediação e representação, formam-se as ‘redes’ que, via de regra, passaram a concorrer com organizações tradicionais de representação – sindicatos, partidos políticos etc. – e a influenciar significativamente o comportamento político dos diversos segmentos sociais das classes subalternas (PAULA, 2005a:268)⁹.

Há, assim, outro problema. Paula fazendo análises de Canclini (in PAULA 2005a) aponta que hoje o conceito de sociedade civil é compreendido de diversas maneiras, servindo para legitimar as mais diversas manifestações de grupos, organismos não governamentais, empresas privadas e indivíduos.

Com essa redefinição, a Amazônia brasileira

⁹ De acordo com as notas explicativas deste autor, as redes a que ele se refere “[...] inscrevem-se no universo dos aparelhos privados de hegemonia que formam a sociedade civil. São portanto, elementos constitutivos do Estado. Nesse sentido, elas mesmas são compreendidas como espaço político de disputa de hegemonia no âmbito do poder estatal” (PAULA, 2005: 268)

deixa de integrar uma estratégia de ‘desenvolvimento nacional’ e passa a subordinar-se mais diretamente aos interesses de capitais privados transnacionais. Agências multilaterais, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, passam, nesse contexto, a exercer um papel de coordenação de investimentos setoriais na região, antes exercidos por instituições do governo federal, como era o caso da SUDAM (PAULA, 2005a: 269)

Percebe-se, assim, que o Estado-nação entra em um processo de declínio a favor do fortalecimento dos centros de poder que se movem de acordo com os interesses por todos os lugares do globo cumprindo as exigências da expansão ampliada do capital. Em lugar do Estado nacional surgem um “[...] *novo poder estatal federal, um estado burguês supranacional* (...) caracterizado pela transferência de decisivos direitos de soberania” (IANNI, 2005:40, grifos do autor).

Essas instituições, organizações e agências transnacionais são comumente apresentadas como instituições que se dedicam a resolver, orientar e dinamizar as economias nacionais e a economia internacional, que nascem da crescente convicção de que esses sistemas econômicos não são auto-reguláveis, necessitando, pois, que os países reconheçam a necessidade de uma única autoridade internacional/mundial para regular e trazer equilíbrio a estas economias. Assim, “[...] o que era tradicional e reconhecidamente localizado em países, ou suas capitais, se desterritorializa” (IANNI, 2005: 41) a favor de uma harmonia no sistema global.

Na Amazônia até a década de 1980 havia uma forte oposição entre exploração econômica e conservação ambiental, já na década de 1990 trata-se “[...] de definir escolhas entre alternativas de desenvolvimento capazes de compatibilizar interesses econômicos com a conservação ambiental” (PAULA, 2005a: 270). E para isso, molda-se novamente a atuação do discurso científico visando, agora, esse fim.

Desse momento em diante destaca-se nesse processo de busca de legitimidade perante a sociedade várias instituições e organizações de capitais transnacionais que buscam construir argumentos eficazes e dentro da lógica do mercado para as estratégias de exploração da natureza. Além de terem como base “as contingências do mercado” apóiam-se essencialmente no discurso científico moderno “como garantia para o uso ‘sustentável’ dos recursos naturais” (PAULA, 2005a: 271).

Se relembrarmos Mészáros, quando este afirmava que a ciência e a tecnologia estão subordinadas à lógica da acumulação capitalista, veremos que estas

sempre tiveram de ser utilizadas com enorme seletividade, conforme o único princípio de seletividade à disposição do capital[...]. Assim, mesmo as formas existentes de conhecimento científico, que até poderiam combater a degradação do ambiente natural, não podem se realizar porque interfeririam com o imperativo da expansão inconsciente do capital [...] A ciência e a tecnologia só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuirão diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema (MESZÁROS in PAULA 2005a: 272)

É sob esta orientação que a Amazônia passa a ocupar um lugar de destaque nos debates acadêmicos e políticos a respeito das questões sobre meio ambiente, onde diversas Ongs ambientalistas da sociedade civil internacional e agências multilaterais como Banco Mundial, passaram a ser cada vez mais determinantes na formação das políticas e estratégias de desenvolvimento na região a partir do final do Século XX.

Sob esse novo contexto, as pressões tanto de ONGs ambientalistas da sociedade civil internacional, quanto das agências multilaterais como Banco Mundial, passaram a ser cada vez mais determinantes na formação das políticas e estratégias de desenvolvimento na região a partir do final do Século XX. Como sabemos, esse período coincide com o aprofundamento das políticas neoliberais na América Latina, tendo como uma das marcas a erosão da soberania do Estado Nacional na condução das políticas internas. Seu poder torna-se mais reduzido face às maiores interferências impostas pelos mecanismos multilaterais de regulação que definem um conjunto de regras destinadas a disciplinar o ordenamento das relações internacionais (PAULA, 2005b:).

Isso resulta, além da perda de capacidade dos Estados Nacionais – que tem como consequência uma perda de legitimidade – no processo de substituição de tomadas de decisões, passando do âmbito nacional para o global, ou seja, não são mais os Estados Nacionais que estão à frente das tomadas de decisão, mas as decisões ganharam que um caráter global, de “interesse global”. Como afirma o autor supracitado, esse processo acaba sendo implementado por instituições bi e multilaterais que impõem normas e diretrizes ao modelo de desenvolvimento dos países, como acontece com as diretrizes da OMC, do FMI, Banco Mundial, Nações Unidas, etc. Como consequência disso, vemos a redução “da capacidade econômica

dos Estados nacionais, até mesmo aquela voltada para a geração de recursos financeiros com vistas ao financiamento de suas atividades convencionais. Com isso, o Estado torna-se cada vez mais dependente do mercado de capitais que opera em escala 'global'" (PAULA, 2005b: 6)

Segundo análises de Muzio (1999: 154), a explicação para esse processo encontra-se em três razões fundamentais:

1. os interesses globais precisam de um sistema unificado de regulamentação a fim de simplificar suas operações, maximizar o alcance de suas economias de escala e reduzir os custos [...].
2. para não ter de lidar com 1.001 governos nacionais diferentes, cada um com suas próprias regras específicas, os interesses globais estão criando uma superestrutura jurídica que torna o estado nacional redundante.
3. Ao tomarem o lugar do Estado em inúmeras funções estratégicas - do fornecimento de serviços públicos à administração de aposentadorias, à educação, à assistência médica, e assim por diante - as corporações globais se aproveitam de novas oportunidades de negócios e da possibilidade de aumentarem seu poder e sua liberdade de movimento.

Para melhor análise desse processo, passamos a investigar um processo mais concreto da atuação das instituições globais que se utilizam do discurso científico frente às populações locais para garantirem legitimidade e apoio perante a sociedade civil, apreendendo, inclusive, essa diferença de atuação da autoridade científica para implementação dos ideais dessas instituições. Analisaremos a Experiência MAP por considerarmos uma Experiência de forte atuação na formulação e aceitação do uso racional da floresta para fins mercantis, estando estes encobertos pela autoridade científica, para em seguida, verificarmos em que medida o discurso proferido por essa Experiência é absorvido e incorporado pela população do PAE Chico Mendes.

Capítulo II

2. A Experiência MAP e o processo de desenvolvimento na Amazônia Sul – Ocidental

“[...] Assim como os fenômenos locais não podem ser compreendidos fora das condições globais em que se desenvolvem, os fenômenos globais não podem ser compreendidos sem explicar as forças locais que os sustentam” (CORONIL in LANDER, 2005: 137)

No capítulo anterior apontamos aspectos considerados relevantes no processo de “modernização” do mundo e na Amazônia em particular. Verificamos que esta, desde o século XVI, vem sendo palco de inúmeras disputas territoriais por parte dos colonizadores europeus. Hoje predomina o desejo incessante por parte das grandes empresas multilaterais em controlar a extensa biodiversidade contida na Amazônia. Para tanto, utilizam-se das mais variadas estratégias possíveis, dentre elas o discurso da “exploração racional” da natureza através da ciência. É o que verificaremos mais intensamente nesse capítulo. Inicialmente consideramos que no processo de defesa de um “desenvolvimento sustentável” pautado em critérios “essencialmente científicos” de domínio da natureza – visando a “exploração racional” dos recursos da Amazônia –, a Experiência MAP tem um forte peso na formulação das políticas que visam essa finalidade. Analisaremos como isso acontece especialmente entre as populações da Amazônia brasileira.

2.1 A Experiência MAP: Um Breve Histórico

A Experiência MAP¹⁰ constitui uma rede de articulação da sociedade civil que atua na fronteira trinacional formada por Madre de Dios/Peru, Acre/Brasil e Pando/Bolívia. Esse território abrange uma população de cerca de 700.000 habitantes em uma área de aproximadamente 300.000 km². Na Experiência MAP hoje estão inseridos, além de instrumentos de controle governamentais, instrumentos da sociedade civil que legitimam sua atuação sem maiores

¹⁰ Também já denominada “Região MAP”, “Fórum MAP”, “Movimento MAP”, e “Consórcio MAP”. Optamos pela denominação de “Experiência MAP” por consideramos o termo que melhor traduz seu envolvimento com a ciência, com a experimentação social e com a ideologia, traduzindo sua real atuação no seio da sociedade civil e política.

dificuldades, apesar dessa atuação ter características extremamente coloniais. Uma das estratégias mais utilizadas para tanto é a defesa de um “desenvolvimento sustentável” baseado em critérios científicos capazes de dominar a natureza de forma estritamente racional, como por exemplo, o manejo florestal madeireiro.¹¹

FIGURA 1: ÁREA GEOGRÁFICA DA INICIATIVA MAP



Fonte: <http://map-amazonia.net/index.php?lang=pt&page=regiao>

A Experiência MAP¹² está baseada no exercício de dois direitos humanos básicos, enfatizados 1) na Declaração Universal dos Direitos Humanos e 2) no Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro, que se refere ao direito de ter acesso às informações relevantes ao desenvolvimento sustentável e o direito de participar de decisões coletivas, colocada como a melhor maneira de tratar as questões ambientais entre os cidadãos interessados colocando a disposição de qualquer interessado as informações sobre a atuação da Experiência MAP.

¹¹ Até então a defesa e conservação da floresta dava-se através de métodos tradicionais, baseado na vivência e na história de cada povo.

¹² Outros autores já abordaram a Experiência MAP em seus trabalhos, tais como CHAVES, MELO, SOUZA, REIS e CORA VAN OSTEN.

A Experiência MAP teve seus primeiros passos a partir de uma reunião com diversos representantes da sociedade civil dos três países na Universidade Federal do Acre, em Rio Branco. Esse encontro visava discutir “[...] formas mais efetivas de articulação das instituições regionais, devido às transformações ocasionadas pelas mudanças ambientais globais na Amazônia Sul-Occidental” (REIS, et al, 2004). Para uma melhor compreensão de como ocorrera essa reunião, analisaremos essa Iniciativa a partir de sua natureza e de seus objetivos, declarados em 1999, ocasião em que “[...] o documento final, ‘Declaração de Rio Branco sobre Mudanças Globais’ enfatizou a necessidade de fortalecimento das relações acadêmicas e institucionais entre os países amazônicos, considerando as peculiaridades biogeofísicas e sócio-culturais de cada país” (REIS, et al, 2004).

Segundo informações obtidas na página oficial da Experiência MAP, seus encontros resultam de tomadas de decisões de indivíduos e instituições que buscam desenvolver uma colaboração entre os países envolvidos, já que só essa colaboração seria capaz de solucionar e alcançar os problemas de desenvolvimento da Amazônia (<http://map-amazonia.net>).

No entanto, mesmo com essa reunião inicial em 1999, o primeiro fórum regional MAP aconteceu no ano de 2000 com o tema **“Indicadores de Usos da Terra”**, em Rio Branco-AC. Neste encontro participaram várias instituições e organizações envolvendo cerca de 25 cientistas das três universidades. Foi nesse primeiro encontro que surgiu o nome “Região MAP”, porque é formada por **M**adre de Dios-Peru, **A**cre-Brasil e **P**ando-Bolívia e visa à colaboração e o respeito entre os povos envolvidos efetivando também o desenvolvimento multi-étnico e multi-cultural (disponível em www.map-amazonia.net).

De acordo com Melo (2006), foi a partir desse primeiro encontro que surgiram algumas recomendações à Experiência MAP, dentre as quais se ressaltou a incorporação do tema Mudanças Globais no meio acadêmico, a **promoção do desenvolvimento de estudos que visassem a incorporação de aspectos biofísicos e sócio-econômicos, enfatizando a pesquisa, a capacitação e a disseminação de forma integrada, a incorporação dos conhecimentos tradicionais nos estudos científicos sobre os aspectos da região, reconhecendo inclusive sua contribuição aos estudos científicos.**

A partir dessas recomendações foi elaborada a “Carta de Assis Brasil: Construindo o Desenvolvimento Sustentável na Fronteira Trinacional”, cujos objetivos principais visavam o fortalecimento do comitê de fronteira para o planejamento estratégico de integração da Experiência MAP; compatibilizar zoneamento econômico e ecológico; estudos de impactos ambientais, além da otimização do manejo dos recursos naturais.

O segundo encontro, denominado MAP II, aconteceu em 2001, em Puerto Maldonado, Madre de Dios-PE, com o tema “**Avaliação Ambiental Estratégica**”. Este encontro contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas principalmente ligadas a Organizações não governamentais – ONGs (<http://map-amazonia.net/index.php?lang=pt>)

Em 2002, realizou-se o MAP III em Cobija-Pando-BO, com o tema ***Equidade social e desenvolvimento econômico***, que contou com a participação de cerca de 150 pessoas, entre elas representantes das comunidades regionais. Neste encontro as instituições e organizações envolvidas “[...] manifestaram apoio às iniciativas trinacionais relacionadas à educação, à gestão da Bacia Trinacional do Alto Rio Acre e a integração dos municípios fronteiriços, dentre outros aspectos” (REIS citada por PAULA, 2005b:19). Este encontro é considerado um marco fundamental nos estudos dos encontros do MAP, pois a partir dele “ocorreu a transformação da concepção do processo de sua aceitação inicial de ‘Região MAP’ - que enfatizava a noção de ‘espaço ou lugar geográfico’ - para um novo significado mais próximo da noção de ‘fórum’, quer dizer: encontro, diálogo, intercâmbio, debate, participação...” (CHÁVEZ et. al, 54 citado por SOUZA, 2007). O documento principal deste evento é a **Carta de Cobija**, que ressalta 20 recomendações, dentre elas as que destacamos a seguir:

1. Acelerar el proceso de integración trinacional de las instituciones gubernamentales y no gubernamentales; 2. Establecer convenios de libre tránsito de personas, bienes y servicios en el ámbito del MAP; 3. Promover la implementación coordinada de corredores económicos y ecológicos para capitalizar oportunidades [...]; 5. fortalecer la capacidad de gestión de las instituciones que administran los recursos naturales y el ambiente de la región MAP [...]; 6. Intercambiar informaciones sobre tecnologías productivas y de mejoramiento de la calidad de vida amigable con la naturaleza y promover la integración y diseminación vía internet de la base de datos existente sobre la diversidad biológica, uso de la tierra, gestión

de los recursos naturales y del medio ambiente y la sociodemografía de la región MAP; 20. *Fomentar una participación más activa de los científicos de la Región MAP, en especial los de Bolivia y Perú, en proyectos de relevancia global como el Experimento a Gran Escala en la Atmósfera-Biosfera de la Amazonia (LBA)* (CARTA DE COBIJA, 2002, grifos nossos)

Em 2003 realizou-se o MAP IV com o tema “um novo modelo educacional para o século XXI” nos municípios acreanos de Brasiléia e Eritaciolândia. Dentre os 600 participantes e 160 instituições regionais, nacionais e internacionais, destacaram-se as contribuições dos diferentes grupos sociais (campeiros, indígenas, empresários e madeiros), enfatizando o envolvimento dos governos regionais, discutindo questões que visam o desenvolvimento sustentável da região e a conservação da Amazônia Sul-ocidental. Neste encontro, as palestras e atividades giraram em torno de propostas envolvendo Conservação Ambiental, Desenvolvimento Econômico e Equidade Social.

Ficou definido como novo marco a carta de Brasiléia e Eritaciolândia, que traz em seu bojo recomendações tiradas da plenária. Nesta carta uma das recomendações mais relevantes busca romper com a idéia e a concepção de fronteira nacional, que auxiliaria a integração coletiva entre os países melhorando a qualidade de vida das populações locais, facilitando também um maior fluxo de pessoas no âmbito territorial do MAP¹³.

Já no ano de 2004, realizou-se o MAP V com o tema “La Educación sin fronteras al servicio de la integración y el desarrollo sostenible de la Región MAP”¹⁴, em Puerto Maldonado – Peru. Neste encontro participaram cerca de 1.200 pessoas (estudantes, cientistas, campeiros, madeiros, mulheres extrativistas e outros), com aproximadamente 227 organizações, sendo 152 do Peru, 51 do Brasil, 17 da Bolívia e 7 de outros países (MELO, 2006: 121). Dentre as recomendações deste encontro destacaram-se:

Construir uma visão compartilhada de desenvolvimento para a Região MAP, envolvendo todos os atores políticos, sociais e econômicos, entendendo que este é um processo de longo prazo. Recomendar às autoridades governamentais destes países

¹³ Para os colaboradores da Experiência MAP, esse intenso fluxo de pessoas não prejudicaria a soberania de nenhum dos três países envolvidos.

¹⁴ Podemos mencionar aqui a fragilização da fronteira política, visando melhores contatos e extração dos recursos naturais por meio de organizações e instituições nacionais e internacionais.

priorizarem a finalização da infra-estrutura econômica e produtiva na Região, principalmente no que se refere à hidroenergia e ao asfaltamento do eixo de integração bi-oceânico. Incluir nos programas de ação do MAP o impulso ao desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento da assistência técnica aos produtores rurais, incluindo o melhoramento de suas moradias. Promover ações que permitam melhorar a oferta de capital humano qualificado nos diversos níveis educativos, vinculando-as às atividades produtivas da Região MAP. Fazer gestão junto a Corporação Andina de Fomento - CAF para obtenção de apoio e assistência técnica para elaboração de planos de negócios em oportunidades produtivas nas agroindústrias, indústria madeireira, aquicultura, turismo e bioindústrias em geral. Montou-se um Plano de Ação que se propunha a analisar as principais atividades produtivas que avançaram na Região MAP: turismo, madeiras, castanha, aquicultura 127 e produtos não madeireiros, estabelecendo-se as seguintes metas para os anos 2005 – 2006 (MELO, 2006: 127).

Em 2006, na cidade boliviana de Cobija, aconteceu o MAP VI com o tema ***“Fortaleciendo las raíces de un futuro común en la Región MAP”***. Este evento contou com a participação de mais de 600 participantes inscritos, representando instituições e organizações dos três países envolvidos, além de outros países.

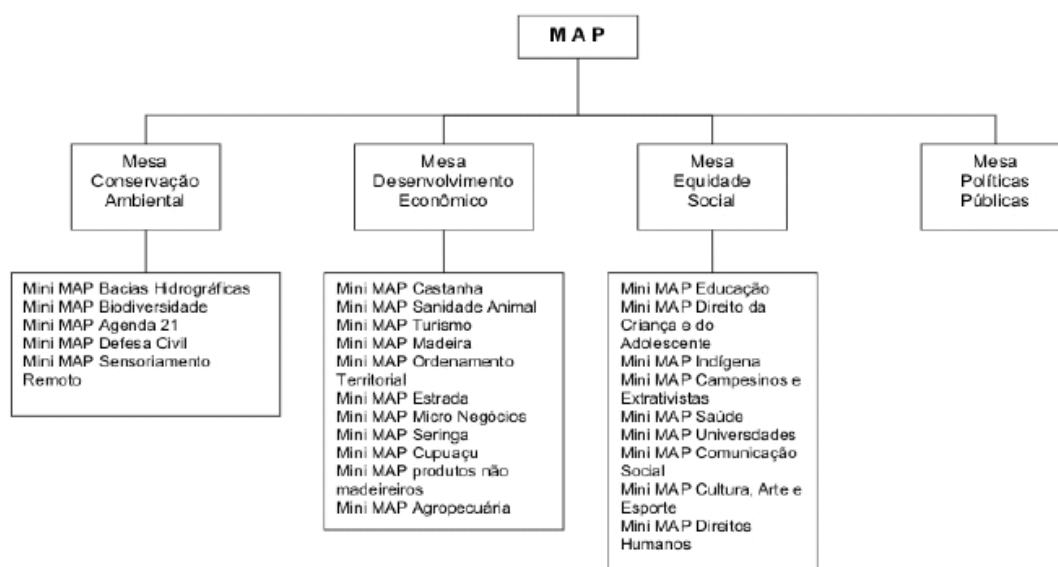
O MAP VII aconteceu em 2007, nas cidades de Brasília e Epitaciolândia - Acre, com o tema ***“Mudanças globais, soluções regionais: sociedades locais desenhando soluções regionais”***. Entre a programação estavam inseridos trabalhos diversos dos participantes e inclusão da mesa temática Políticas Públicas.

Antecedendo os encontros anuais do MAP acontecem encontros menores denominados mesas temáticas ou Mini-MAPs, que “[...] são reuniões e processos de discussão – ação sobre temáticas específicas debatidas entre os eventos anuais”. São através desses Mini-MAPs que a dinâmica da Experiência MAP se sustenta, já que cria uma articulação contínua e intensa entre instituições, governo e movimentos sociais dos três países na busca de soluções para os problemas comuns, que posteriormente serão apresentadas nos fóruns anuais.

Esses Mini-MAPs, que se reúnem para discutir e investigar temas que são propostos pelas comunidades dos três países, fazem parte das mesas temáticas de

Conservação Ambiental¹⁵, Desenvolvimento Econômico¹⁶, Equidade Social¹⁷ e Políticas Públicas (que não tem Mini-MAP).

Figura 2: Organograma do MAP



Fonte: Paula, 2007

Analisando essa estrutura podemos afirmar o seguinte: a Experiência MAP surge como sendo um “modelo de cooperação” a ser adotado para a Amazônia, baseado no pressuposto de que somente através da gestão compartilhada de diversos interesses é que será possível a preservação dos recursos naturais - interesse comum aos três países que fazem parte da Experiência MAP¹⁸. No entanto através da análise de sua estrutura funcional percebemos que seu “[...] formato atual é caracterizado por uma estrutura verticalizada de poder. Na base funcionam os Mini

¹⁵ A mesa de Conservação Ambiental é composta pelos seguintes mini-MAPs: mini-MAPs Bacias hidrográficas, Biodiversidade, Agenda 21, Defesa Civil, sensoriamento remoto.

¹⁶ A mesa de desenvolvimento econômico é composta pelos seguintes mini-MAPs: Estrada, Turismo, Cultura, Arte, História e esporte, Sanidade Agrária, Micronegócios, Cupuaçu, Câmara de Integração Empresarial, Agroflorestania, Castanha, Mini-MAP Pesquisa Pecuária, Ordenamento Territorial, Madeira, etc

¹⁷ A Mesa de Equidade Social é composta pelos seguintes Mini-MAPs: Educação e Direitos Humanos, Saúde, Indígena, Comunicadores Social, Camponeses e Extrativistas, etc. Já a Mesa de Conservação Ambiental é composta pelo Mini-MAP Bacia, Mini-MAP Biodiversidade, etc.

¹⁸ Em conversa com o professor Foster Brown, este afirmou que “o MAP não é a solução de todos os problemas de conservação ambiental na Amazônia. Imaginando um mar de soluções e políticas possíveis, a Experiência MAP é apenas uma minúscula gota nesse processo. Ainda tem muita coisa a fazer”

MAPs e no topo uma Coordenação Científica, entre ambos estão as mesas temáticas” (PAULA, 2005b: 10), como vimos no esquema acima. No entanto, nossa constatação vai de encontro às afirmações de uma pesquisadora da Iniciativa que afirma que

O movimento MAP funciona hoje como uma rede, cuja estrutura organizacional consegue reunir indivíduos e instituições de forma horizontal, sem hierarquia, trabalhando de forma colaborativa, na busca de objetivos comuns, de forma igualitária e democrática, incorporando novos paradigmas de desenvolvimento às políticas e práticas sociais e governamentais na fronteira Brasil, Bolívia e Peru (REIS et al, 2004).

Para Paula (2005), esta estrutura verticalizada da Iniciativa concentra-se principalmente na autoridade científica adquirida pela Iniciativa, ressaltando que os integrantes dessa Iniciativa estão ligados à temática ambiental tendo suas pesquisas financiadas por instituições governamentais e agências não governamentais dos Estados Unidos e por alguns países europeus. De acordo com estudos desse autor, vale destacar cinco aspectos fundamentais dessa Iniciativa – que aqui serão detalhados para melhor compreensão:

Em primeiro lugar, a iniciativa é tomada por um grupo de cientistas ligados à temática ambiental, parte deles com pesquisas financiadas por agências não governamentais dos EUA que, por sua vez, têm entre seus doadores grandes corporações ligadas à linha de produtos fitoterápicos. Em segundo lugar, num curtíssimo espaço de tempo obtêm uma legitimidade fenomenal nas esferas da sociedade política (envolvendo a participação de prefeituras e demais instituições governamentais de âmbito estadual e ou departamental) e da sociedade civil, abrangendo desde organizações do campesinato, indígenas até a indústria madeireira, na tentativa de conciliar sob o manto do “desenvolvimento sustentável” as contradições de classes, de equacionar conflitos históricos pelo “diálogo”. Em terceiro lugar, reproduz e legitima as concepções e diretrizes que orientam a atuação coordenada pelo BIRD na Amazônia continental, uma vez que tanto na orientação discursiva quanto na sua estrutura operacional dissocia desenvolvimento econômico de meio ambiente e, sobretudo, da dimensão social, tratada à parte no tema da “equidade social”. Em quarto lugar, procura reconfigurar territorialização e territorialidade segundo os interesses hegemônicos representados mundialmente pelos EUA. Por fim, aprofunda as assimetrias de poder entre Norte/Sul ao reduzir progressivamente na esfera da sociedade civil o protagonismo dos movimentos sociais, transferindo-os cada vez mais para estruturas

de comando de poderosas agências não governamentais comprometidas com esse “hegemon” (PAULA, 2005b: 20)

A partir dessas considerações, percebemos que o autor acredita que a intenção da Experiência MAP é construir entre os diversos segmentos da sociedade civil um consenso em torno do “desenvolvimento sustentável” pautado na autoridade científica de uso racional da floresta, fazendo com que todos os interesses estejam inclusos nas propostas de desenvolvimento orientada por organizações multilaterais. Assim, “[...] quanto mais gozar de legitimidade entre esses grupos, mais a ‘Iniciativa’ será exitosa em desempenhar essa função. E essa legitimidade está intimamente relacionada a como a Iniciativa se apresenta ou é percebida”. (PAULA, 2005b:20)

Para tanto, os dirigentes dessa Iniciativa buscam fazer com que ela seja compreendida como um espaço de democracia entre os grupos sociais mais diversos na fronteira trinacional adquirindo legitimidade entre eles por ser considerada um movimento que fala pela região e pelos seus sujeitos. No entanto, a atuação dos agentes na Experiência MAP tem outros interesses que os impossibilitam de falar pela região e pelos seus sujeitos, evidenciando apenas o processo de domínio racional da natureza para fins mercadológicos encabeçados pelos países centrais, como veremos adiante.

2.2 A atuação das instituições e das organizações na Experiência MAP

Nessa seção do trabalho, abordaremos a legitimidade e referência nas questões ambientais adquiridas pela Experiência MAP onde seus pressupostos básicos orientam-se pela autoridade científica. Buscaremos analisar como as instituições servem para legitimar a Experiência MAP onde o discurso científico dá a aparente neutralidade e autoridade para propor estratégias e políticas de desenvolvimento ancoradas na proposta do desenvolvimento sustentável. Nesse momento, nosso enfoque básico será, portanto um dos argumentos utilizados pelas instituições que atuam nessa faixa territorial, a partir da gestão compartilhada dos recursos hídricos, que exigem cooperação entre os três países fronteiriços.

Em estudos realizados sobre a gestão participativa dos recursos hídricos, Cunha et. al., definem a Bacia do Rio Acre – que conta com uma população de aproximadamente 65.070 habitantes –, como sendo “[...] uma das poucas bacias transfronteiriças da Amazônia Legal e está localizada na região de fronteira de três países da Amazônia Sul-Occidental (Brasil, Bolívia e Peru), onde se encontram o departamento peruano de Madre de Dios, o Estado brasileiro do Acre e o departamento boliviano de Pando é uma das áreas de maior biodiversidade do planeta” (CUNHA et al., 2002:2).

O discurso científico a respeito dessa questão baseia-se nos princípios de que a água é indispensável à vida no planeta, porém não se encontra disponível nos mesmos níveis em todas as regiões. As regiões que tem maior disponibilidade em recursos hídricos devem torná-la disponível a partir de um maior planejamento em sua gestão. Como a base aqui são os recursos transfronteiriços, CUNHA et. al., alertam para o fato de que “[...] os desafios para a gestão compartilhada, tomando em conta a Bacia Hidrográfica, tornam-se mais complexos. Do ponto de vista jurídico, a aplicação de princípios e tratados internacionais é fonte básica para as negociações, porém a prevalência da soberania dos Estados nacionais dificulta a pactuação” (idem)

Para a Experiência MAP é “necessária” uma gestão que atue além das fronteiras, já que “a prevalência da soberania dos Estados nacionais dificulta a pactuação”. Nesse contexto surgem instituições e organizações portadoras de capacidade científica para administrar a utilização desses recursos e de propor políticas públicas de desenvolvimento visando esse fim.

Nessa perspectiva, foi elaborada pelo comitê científico do MAP a Declaração de princípios para a geração, disseminação e aplicação do conhecimento na Amazônia Sul-Occidental. Perspectivas da Experiência MAP - Madre de Dios/Perú, Acre/Brasil, Pando/Bolivia y Ucayali/Peru, 2005. Segundo esse documento, devido às características geográficas, culturais, sociais e econômicas da região amazônica, especificamente a “região MAP”, é necessário “construir un consenso social de conocimiento científico y tradicional que guíen estos câmbios” (<http://map-amazonia.net>).

Enquanto facilitadores do processo de inserção e aplicação dos conhecimentos científicos, o comitê científico ressalta que suas metas e prioridades requerem a aplicação de conhecimentos, já que “muchos de los principios descritos están enfocados hacia la generación y aplicación del conocimiento científico, es decir, el conocimiento sistemáticamente adquirido que es comprobable” (<http://map-amazonia.net>)

Esse documento, que expressa bem a neutralidade da ciência divulgada pela Experiência MAP da ciência, foi elaborado tendo como base a Declaração Sobre a Ciência e o Uso do Conhecimento Científico, formulada em 1999 pela UNESCO. Segundo essa declaração, “[...] as ciências devem estar a serviço da humanidade como um todo e devem contribuir para fazer com que todos tenham um entendimento mais profundo da natureza e da sociedade, uma melhor qualidade de vida e um meio-ambiente saudável e sustentável para a geração presente e para as futuras” (UNESCO, 1999: 2). Considera-se ainda que:

[...] Todo país deve ter por objetivo possuir instituições científicas de alta qualidade, capazes de fornecer os aparatos necessários à pesquisa e ao treinamento nas áreas específicas de interesse. No caso de o país não ter condições de criar essas instituições, a comunidade internacional deverá fornecer-lhe o apoio necessário, por intermédio de parcerias e da cooperação [...] Grupos e instituições de pesquisa e organizações não-governamentais de peso devem fortalecer as suas atividades de cooperação regional e internacional com vistas a: facilitar o treinamento científico; compartilhar o uso de aparatos caros; promover a difusão da informação científica; trocar conhecimentos e dados, especialmente entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento; tratar de forma conjunta os problemas de interesse global. (UNESCO, 1999:11)

E com relação ao compartilhamento da informação científica e do conhecimento, o documento afirma que deve existir um comprometimento com a “cooperação internacional”, já que “[...] países que têm a especialização necessária devem promover o **compartilhamento e a transferência do seu conhecimento**, principalmente por intermédio do apoio a programas específicos para o treinamento de cientistas em todo o mundo. A publicação e a ampla difusão dos resultados da pesquisa científica realizada nos países em desenvolvimento deve ser facilitada com o apoio dos países desenvolvidos [...](UNESCO, 1999:11, grifo nosso)

O processo de legitimidade da Experiência MAP coincide com o processo de abertura da sociedade civil a questões como as ambientais, onde muitas organizações e instituições ganham destaque na difusão desses princípios na fronteira. Nessa perspectiva, falaremos do Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera da Amazônia – LBA, de forte atuação em toda a Amazônia. Faremos na próxima seção uma abordagem desse Experimento no contexto analisado para que possamos compreender seus princípios e objetivos nessa parte da Amazônia.

2.2.1 A atuação do Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera da Amazônia – LBA

O objetivo da inserção de uma seção específica para tratar do Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera da Amazônia – LBA deve-se ao fato de com ela poderemos associar e/ou interpretar como as políticas de desenvolvimento na Amazônia são influenciadas por instituições de pesquisa que tendem à valorização do conhecimento científico em detrimento dos conhecimentos dos povos locais da Amazônia culminando na desvalorização dos saberes locais e na acentuação das práticas mercadológicas dos recursos naturais. Como o LBA é um Experimento atuante na Experiência MAP e em toda a Amazônia, verificamos que é de fundamental importância a análise de seus princípios e objetivos para compreender qual o sentido de sua atuação na fronteira Trinacional.

O Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera da Amazônia – LBA, destacou-se na área da pesquisa científica na Amazônia principalmente com a abertura às políticas neoliberais - que ocorreu em toda a América Latina. Este Experimento é propalado como sendo uma das maiores experiências na área ambiental do mundo. Além disso,

É composto por um volumoso programa de estudos, liderado pelo Brasil, com cooperação científica internacional, somando mais de 130 propostas diferentes de pesquisa, já executadas ou em execução. Estas pesquisas colocaram ao dispor das comunidades amazônicas, das suas esferas de governo (da federal às municipais) e dos cientistas do mundo todo, um enorme acervo de conhecimentos inéditos sobre a Amazônia. Nunca antes tantas novas informações sobre essa região do planeta foram coletadas e sistematizadas num só programa de estudos (<http://lba.cptec.inpe.br/lba-conf-manau02-en/entrevista.htm>).

O Experimento é coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), inicialmente com a gerência a cargo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), passando posteriormente para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), onde seu escritório central está instalado. Teve seu início em 1990, tendo como composição

[...] 40 organizações e instituições brasileiras, 25 dos demais países amazônicos, instituições de oito países europeus e dos EUA, com destaque para a participação da NASA. Cerca de 70% dos recursos investidos em pesquisa na Amazônia provém de países europeus e os principalmente dos EUA. No LBA o Brasil deve, sobretudo, manter as áreas pesquisadas e os pesquisadores participantes no projeto (<http-iba.cptec.inpe.br-iba-index.html>).

Figura 3: Temas de pesquisa do LBA



FONTE: LBA, disponível em <http-iba.cptec.inpe.br-iba-index.html>

Como resultado desse Experimento, pode-se mencionar a Experiência MAP, já que a utilização dos recursos naturais da Amazônia deve ser baseado “[...] num sólido entendimento científico do meio ambiente” onde “o entendimento de ecossistemas naturais proporcionará o discernimento necessário à concepção de sistemas de manejo sustentável, os quais poderão emular as adaptações biológicas que se desenvolveram nas condições ambientais particulares da Amazônia” (LBA, 1996, 11 apud PAULA, 2007:13)

Nesse sentido, o LBA sobressai-se devido seu aporte tecnocientífico a ser utilizado na região, destacando duas preocupações principais: “De que modo a Amazônia funciona, atualmente, como uma entidade regional? E de que modo as mudanças dos usos da terra e do clima afetarão o funcionamento biológico, químico e físico da Amazônia, incluindo sua sustentabilidade e sua influência no clima global?”. Assim, o programa

Preocupa-se em reconhecer os padrões e processos de mudanças de cobertura e uso da terra e formular cenários que incorporem a diversidade e a complexidade das mudanças de uso da terra para melhor definir as condições sob as quais os sistemas amazônicos deverão operar (...) O tema científico das dimensões humanas no LBA mostra o interesse que a comunidade tem em contribuir para reduzir e mitigar os impactos da ocupação acelerada e desordenada, assim como para buscar alternativas de desenvolvimento sustentável para as populações rurais e urbanas que tanto cresceram nas últimas décadas. Busca-se assim, a melhor forma de fazer a integração entre as ciências humanas e naturais, para que a sociedade e os tomadores de decisão possam usufruir dos resultados das pesquisas (<http://lba.inpa.gov.br/lba/?p=intro&t=1>).

Esse destaque na atuação do LBA, segundo o pesquisador e coordenador do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do INPE, Carlos Nobre, em entrevista de tema “Pesquisas do LBA diminuem incertezas sobre a Amazônia”, afirma que

O LBA é um experimento que atraiu o interesse de toda comunidade brasileira, existem fortes lideranças científicas, a maioria fora da Amazônia, mas algumas já se consolidando na região. A partir de 2005, havendo recursos, podemos fazer pesquisa internacional de excelência totalmente liderada pelo Brasil, com colaboração internacional. É desvantajoso para o Brasil cortar os laços. Hoje em dia, a pesquisa mundial, até mesmo a tecnológica, é feita em cooperação

Mais uma vez, percebemos o destaque incisivo dado a cooperação entre os países desenvolvidos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, com destaque para a comunidade internacional.

Neste caso, se o Brasil “cortasse” os laços dessa cooperação internacional culminaria na perda de recursos financeiros oriundos do LBA. No entanto, alertemos ao fato de que se as pesquisas científicas do LBA “são lideradas pelo Brasil”, no entanto este não possui recursos financeiros para tanto, quem dá as orientações dos

rumos ou das áreas de interesse dessas pesquisas são os demais países que compõem o LBA, o que não nos isenta de nos preocuparmos com as “orientações” dadas pelos países que financiam esse projeto.

Poderíamos, com base em alguns princípios destas instituições dizer que a partir da criação do conceito “desenvolvimento sustentável”, há uma maior participação da sociedade civil nos processos de contenção e criação de novas estratégias para proteção da Amazônia. No entanto, segundo OLIVEIRA (2004) a “parceria” com instituições internacionais, a alocação de fundos para a pesquisa, traduz-se na diretriz de exigir como justificativa para cada solicitação de apoio financeiro indicações cada vez mais explícitas e específicas das aplicações tecnológicas para a reprodução da hegemonia capitalista.

Como está ancorado numa perspectiva científica, o projeto LBA vem buscando a formação de cientistas na região amazônica para que estes “transfiram” conhecimentos e técnicas de pesquisa científicas aos povos tradicionais da Amazônia com o objetivo de divulgar as “formas adequadas e sustentáveis para a utilização dos recursos florestais”. Isso significa que os conhecimentos dos povos locais até então não contribuíram a contento com as práticas ditas “sustentáveis” necessárias para a conservação da floresta ou mesmo não estão de acordo com as determinações do mercado.

As “soluções” para os problemas que acontecem na região, como os incêndios florestais ocorridos na área de abrangência da Experiência MAP foram orientados a partir de determinações científicas do grupo de pesquisadores do LBA no Acre. Este grupo forneceu informações sobre as queimadas como focos de calor para toda a população afetada, além de anunciar investimentos de cerca de R\$ 2 milhões de dólares “em palestras de conscientização e ações práticas junto para que possamos trabalhar para diminuir o impacto negativo que a estrada, os desmatamentos e as mudanças climáticas terão sobre nossa região e, especialmente, sobre o rio Acre”, explica Mônica Rios.

Estas informações foram aceitas de forma rápida e decisória nesse processo, por estarem baseadas no discurso de cientificidade sobre o evento drástico, ao contrário dos alertas da população da Experiência MAP que sentem as mudanças climáticas através da tradição, quando dizem que “os mulateiros estavam

florando mais cedo que nos outros anos”, (XANGAI, 2006:01). No entanto, são as informações do grupo de pesquisadores que dão as bases para as orientações de ações para órgãos como o Ministério Público, que as aceita como um modelo técnico-científico e estabelece inclusive um calendário de queimadas que se traduz como a negação do conhecimento local, já que este funciona de maneira diferente¹⁹. No entanto, em episódios como este **é interessante que se tenham na comunidade local “recursos humanos altamente treinados”, que se torna o diferencial básico para a promoção do desenvolvimento social e a preservação da floresta** (<http://lba.inpa.gov.br/lba/?p=lbagps&t=0>, grifo nosso). Essa afirmação será abordada no próximo capítulo quando falaremos sobre a divulgação do manejo madeireiro no PAE Chico Mendes. Nesse Assentamento, há um grupo de “seringueiros” treinados para a divulgação do projeto de manejo madeireiro, assim como explicita o princípio citado acima.

Por isso, manifesta-se de interesse do Comitê Científico da Experiência MAP (criado em 2005) a construção de um consenso com a população da região para que se possam legitimar as formas científicas de se trabalhar com as mudanças ambientais (que são respostas dos fenômenos produzidos pela ação humana), que podem afetar toda biodiversidade do planeta²⁰ como se de fato a população participasse desse processo. Nas concepções do documento intitulado "Perspectiva da Experiência MAP – Madre de Dios/Peru, Acre/Brasil, Pando/Bolívia e Ucayali/Peru", “[...] o conhecimento é definido como a organização ou a contextualização da informação que pode ser usada para produzir novos significados e gerar novos dados” (http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=1669). Nesse documento ainda são definidos princípios éticos para geração e disseminação de conhecimento, dos quais podemos citar: um conhecimento que tenha amplo alcance, além de ser claro e objetivo e que sirva de eixo orientador para as decisões dos indivíduos (idem).

Nesse sentido, a Experiência MAP afirma fortalecer as identidades regionais através do “desenvolvimento sustentável” da floresta que está baseado em um

¹⁹ Na maioria das vezes, as previsões não seguem esse calendário, coincidindo com as expostas pela tradição das populações locais.

²⁰ O Comitê Científico da Experiência MAP, definiu no documento "Perspectiva da Experiência MAP – Madre de Dios/Peru, Acre/Brasil, Pando/Bolívia e Ucayali/Peru", princípios éticos que orientam a geração, difusão e aplicação desses conhecimentos científicos junto com a sociedade civil da região.

discurso cercado por “recomendações tecnocientíficas” entre as populações da área de sua influência. Percebe-se também que o nascimento dessa Experiência coincide com a ascensão do “Governo da Floresta²¹” no Estado do Acre – que também ressalta em seus discursos e propagandas a questão da valorização dos saberes locais – associado ainda à agregação de diversas ONG’s que atuavam dispersadas nessa região com as instituições governamentais dos três países envolvidos, consolidando assim uma maior abertura pelo Governo da Floresta no sentido de estabilizar e ajudar essas ONG’s de forma integrada em suas propostas envolvendo o meio ambiente. Isso tem como consequência uma maior abertura dos recursos naturais ao mercado ao invés da valorização dos saberes locais.

Sobressai-se na análise desses fatores que o PAE Chico Mendes, além de agregar diversas instituições e organizações da sociedade política e civil, foi berço de resistência da luta em defesa da floresta e um dos primeiros lugares a ser implementado “métodos científicos” de uso racional dos recursos madeireiros como forma de valorização das tradições da população.

²¹ Slogan com a qual foi batizada a nova administração estadual do Partido dos trabalhadores

Capítulo III

3. O caso do PAE Chico Mendes

"Ajustando-se a tais 'exigências' [de mercado], os seringueiros têm sido incentivados a substituir atividades ligadas a extração do látex por outras mais rentáveis, como a exploração de madeiras, via 'projetos de manejo comunitário'[...]". (PAULA, 2006: 126)

Nossa preocupação analítica até agora se concentrou na problematização do discurso da racionalidade científica das políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável. Essa concepção, a muito tempo vem sendo referência na Amazônia –mas enfatizada durante a década de 1990 –, afirma ter por base uma “valorização” dos conhecimentos locais através das recentes políticas de desenvolvimento “sustentável”. A análise do capítulo anterior mostrou as influências da Experiência MAP nesse processo. Neste, mostraremos que diferentemente do anunciado, acontece a desvalorização dos conhecimentos locais. Para tanto, analisaremos uma área emblemática na luta de resistência de todo o sindicalismo rural no Acre: o PAE Chico Mendes²².

Nessa perspectiva, nosso objetivo na pesquisa de campo realizada é verificar a disseminação do discurso científico junto à população do PAE Chico Mendes e o modo como este é traduzido e incorporado em suas práticas sociais, bem como os conflitos e tensões daí resultantes.

3.1 Contexto Histórico de Criação do PAE Chico Mendes

A história de luta pela posse da terra na Amazônia, como vimos, não é recente. Desde as primeiras ocupações na Amazônia Ocidental os seringalistas se apossaram de grandes áreas florestais nessa região. Essas faixas de terras a que nos referimos formavam os seringais, que por sua vez eram divididos em diversas

²² Mesmo tendo a denominação jurídica de PAE Chico Mendes, ainda hoje a população denomina o local de “Seringal Cachoeira”. A escolha do mesmo deu-se em função deste local ter sido berço de resistência ao avanço do processo de “modernização” conservadora no Acre e cenário de luta do líder seringueiro Chico Mendes.

colocações onde habitavam o seringueiro e sua família. Os seringalistas exerciam o controle e a exploração da força de trabalho. Os seringueiros eram proibidos de praticar a agricultura de subsistência para manter essas relações.

Passado o auge da borracha, também em decorrência da plantação de seringueiras na Malásia, houve uma queda nos preços da borracha fazendo com que muitos seringalistas falissem. Com a falência dos seringalistas, os seringueiros que permaneceram na região puderam praticar a agricultura de subsistência como forma de sobrevivência da família sem destruição da floresta. Nesse período, liderava esse movimento em defesa da sobrevivência e da floresta Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, nascido em Xapuri no dia 15 de dezembro de 1944.

Depois desse episódio que marcou a Amazônia e o mundo, iniciou-se a “introdução” das primeiras experiências de manejo madeireiro no Acre, constatou-se uma mudança radical no discurso anterior de preservação da floresta para sustento das famílias a partir dela. Hoje em dia, lideranças do PAE Chico Mendes aderiram o discurso do manejo madeireiro como forma de sobrevivência e valorização dentro da floresta em detrimento do uso da agricultura familiar de subsistência: “[...] além de preservar a floresta pros nossos netos, podemos sobreviver do manejo de madeira” (morador (A) do PAE Chico Mendes, primo de Chico Mendes, 2009)²³.

A partir da década de 1970, iniciou-se uma nova fase na ocupação do Acre a chamada “modernização conservadora”. Atraídos por terras baratas, muitos fazendeiros e especuladores desembarcaram no Acre em busca de terras e incentivos fiscais – além de outras facilidades – estimulados pela política do governo Federal de “ocupar” a Amazônia. Isso resultou em maiores conflitos pela posse da terra, pois estes acabavam expulsando os pequenos seringueiros de suas terras. Analisando esse processo Silva acredita que

[...] a ocupação do espaço acreano e áreas circunvizinhas foi produto das trajetórias de conflitos constantes e a usurpação da terra florestal de seus habitantes nativos. Isso se deu por forças externas impostas pelo processo de incorporação capitalista da região, no ímpeto da busca pela matéria-prima da borracha (SILVA, 2006:143)

²³ Neste capítulo omitiremos os nomes dos moradores entrevistados para evitar comprometimento a partir das informações cedidas através da entrevista. Os identificaremos através de letras do nosso alfabeto (A, B, C, etc)

Nesse processo, a pecuária se expandiu na região amazônica e o extrativismo da borracha perdeu seu espaço para os grandes investimentos desses fazendeiros e especuladores do Centro-Sul do país e de outras regiões a partir do século XIX, gerando intensos conflitos pela posse da terra. Assim, com o apoio do Sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri na década de 1980, os ocupantes tradicionais dessa área organizaram diversos “empates” visando impedir os desmatamentos da área por esses especuladores. Em 1985, acrescia-se ao movimento a formação de organizações como o **Conselho Nacional dos Seringueiros** (CNS) intensificando mais ainda o movimento e as reivindicações dos seringueiros (liderados por Chico Mendes) em nível nacional e internacional. No entanto, alguns proprietários de terras, como Darly Alves da Silva, proprietário do seringal Cachoeira, passam a sentir que seus negócios poderiam ficar ameaçados com a luta em defesa da preservação da floresta liderada por Chico Mendes, resultando, inclusive em ameaças de morte ao líder sindical (concretizadas um ano depois). Foi assim que em 1987, o governo reconheceu os direitos tradicionais de propriedade dos seringueiros criando novos modelos de posse da terra baseados no extrativismo, como o Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes²⁴.

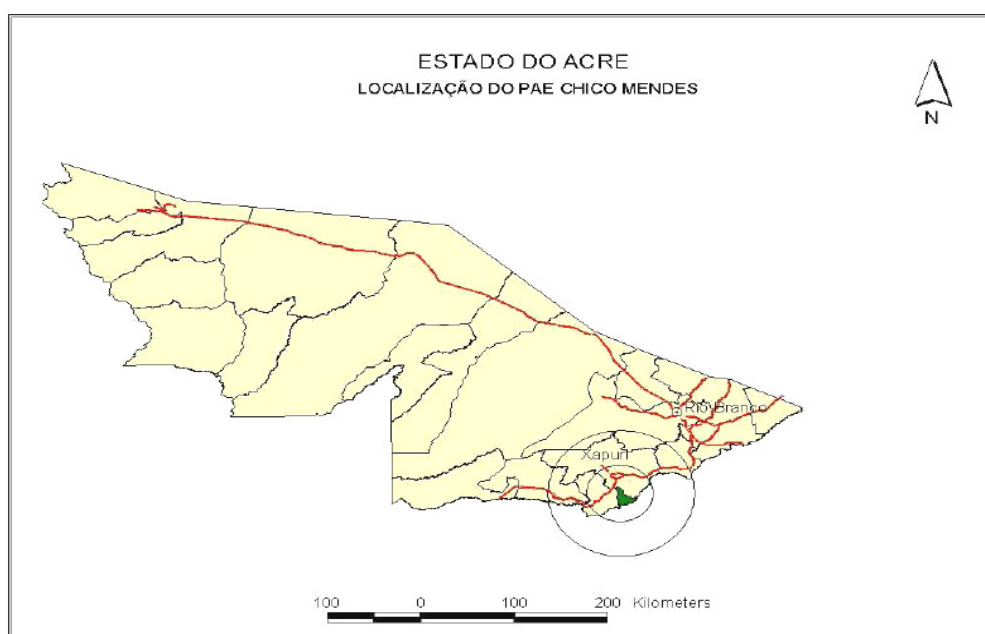
A área do PAE Chico Mendes foi desapropriada através do Decreto 96.395 de 22/07/1988, para fins de reforma agrária e foi legalizada pela Portaria nº 158 de 08/03/1989²⁵ com o objetivo de explorar tradicionalmente as riquezas extrativistas pelas populações que ocupam o local. No entanto, somente após o assassinato de Chico Mendes em dezembro de 1988 é que o direito de posse das famílias que ocupavam a área foi assegurado. O PAE Chico Mendes abrange uma área de 24.898 hectares formada pelos antigos seringais Cajazeira/Mucuripe. Possui segundo o INCRA 68 famílias assentadas o que totaliza uma população de cerca de 340 pessoas (TERRON, 2006:10).

²⁴ Os PAEs visam a promoção da reforma agrário-ecológica, ou seja, a legalização da situação fundiária das populações extrativistas tradicionais proporcionando também apoio técnico que possibilite o desenvolvimento sustentável. Os PAEs geralmente são confundidos com Reservas. Podemos observar no documento "Acompanhamento para o manejo florestal comunitário no Projeto cachoeira, Acre-Amazônia-Brasil", publicado pelo Centro para a Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), seus autores comumente considera reservas e PAE como idênticos, quando a rigor, de acordo com PAULA (2002) verdade, ambos se diferenciam inclusive pelo amparo legal, já que os PAEs são criados por Portarias internas do Acre e as Reservas por Decreto Lei presidencial.

²⁵ Neste período foi denominado Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes, passando em 1996 a chamar-se Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes. Está prevista nessa portaria o uso "sustentável dos recursos naturais" e a ocupação de suas terras dá-se através de contratos de concessão de uso, permanecendo a terra sob domínio da União.

O PAE Chico Mendes, está localizado no município acreano de Xapuri, a aproximadamente 200 Km de Rio Branco. Tem seu acesso pela BR 317 na altura do Km 143, lado esquerdo, sentido Rio Branco – Brasília, através do ramal²⁶ Cachoeira, distante cerca de 18 km da margem da BR 317 até a sede da Associação de Moradores e Produtores do PAE Chico Mendes, na colocação Fazendinha.

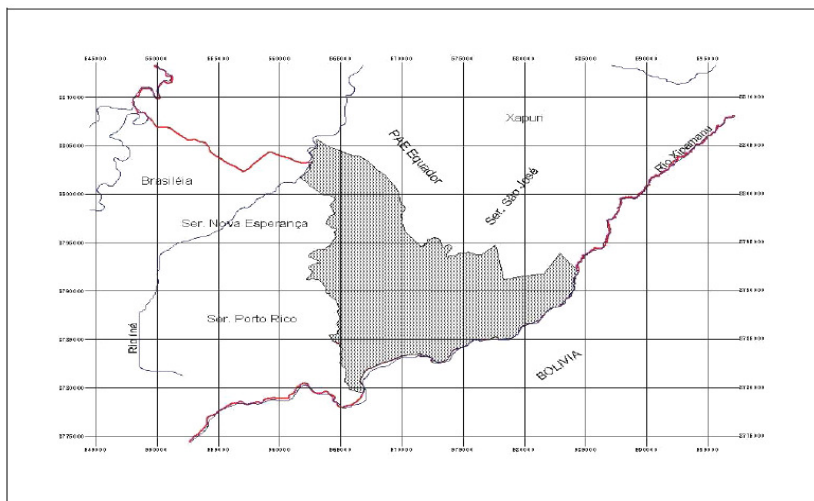
Figura 4: Localização Geográfica do PAE Chico Mendes



Tem também os seguintes limites: Ao Norte, Rio Ina, Seringal Equador, Igarapé Coeba, Seringal de São José; ao Sul, com o Rio Xipamano/República da Bolívia e Fazenda Porto Rico; ao Leste, com Seringal São José e Rio Xipamano/República da Bolívia; ao Oeste, com a Fazenda Porto Rico, Seringal Santa Fé, Seringal Nova Esperança e Rio Iná (CTA, 2008), como nos mostra a figura abaixo.

²⁶ Caminho subsidiário de estrada de barro.

Figura 5: Limites e Confrontações do PAE Chico Mendes.



Fonte: CTA, 2008

3.2 A Organização Econômica e Produtiva do PAE Chico Mendes

Devido às características de assentamento, o PAE Chico Mendes apresenta uma concentração na produção de castanha, borracha e de madeira, além de outros produtos florestais que compõem a dieta alimentar e outras necessidades da população. A produção de castanha não é dividida homogeneamente entre todas as colocações do assentamento. Apenas “10% das ‘colocações’ concentram 40% da produção total da área do assentamento (cerca de 30 mil latas de dezoito litros, equivalente a 300 toneladas de castanha *in natura*)” (PAULA et. al., 2001: 25). Dentre os entrevistados, 93,33% da população afirma colher castanha, sendo todos eles associados a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX.

Figura 06: Ponto de recolhimento e apoio do PAE CM



Fonte: Arquivo Pessoal

A comercialização dos produtos é realizada através da CAEX²⁷. Na agricultura são cultivados os mais diversos produtos como arroz, milho, feijão e mandioca. Dentre os entrevistados 100% afirmam produzir estes alimentos, com exceção do feijão, pois, de acordo com alguns entrevistados, em algumas colocações a terra não é boa para seu plantio. As regras do Assentamento determinam que a área destinada ao roçado seja de 1 ha, área considerada insuficiente para alguns moradores. Para 20% dos moradores entrevistados, uma das melhorias apontadas dentro do Assentamento seria o aumento dessa área, pois consideram ser uma área insuficiente para subsistência da família. Em entrevistas realizadas também com os moradores do PAE Chico Mendes, Terrón (2006) obteve os mesmos tipos de descontentamentos. Quanto ao roçado, dos 60% dos moradores entrevistados que fazem manejo florestal madeireiro, consideram que a limitação da área de manejo é regra a todas as colocações que aderiram ao manejo, pois

[...] o discurso dos técnicos com os manejadores foi de com o manejo madeireiro já não precisa colocar roçado; o manejo não era para trabalhar no roçado, eles espalhavam entre os produtores esta mensagem, que fez com acreditaram e diminuíssem as suas áreas de roçado com a promessa de receber. No começo falaram que o manejo era bom demais, só estamos tendo prejuízo com esse monte de gente que não tem para comer (Morador (B) do PAE Chico Mendes, in entrevistas Terrón, 2006).

²⁷ Timidamente e com receio, alguns moradores afirmam que vendem produtos diretamente ao consumidor interessado.

Nas entrevistas que realizei, o mesmo personagem afirmou timidamente que “[...] o manejo só é muito falado. Tem muito a melhorar”. Outro morador afirmou que “[...] se tivesse que viver só do dinheiro do manejo, morreria de fome. Não morro por que trabalho e não passo fome. Mas eu sei por que querem que a gente faça o manejo. Os europeus e dos Estados Unidos já acabaram com a floresta deles e precisam da nossa pra viver” (Morador (C) do PAE Chico Mendes, 2009). Outra família acrescenta que “[...] a renda é melhor com roçado maior. Ano passado compramos verduras e hortaliças do supermercado por que não podíamos plantar. Temos a terra, mas somos proibidos de colocar roçado para o consumo” (Moradora (D), 2009).

Um dos moradores, em entrevistas a Terrón (2006), relata o seguinte: “Eu acreditei no manejo, então a minha produção da lavoura caiu. Foi um dos nove primeiros a cortar madeira. Antes de começar com o manejo, tinha uma produção de 10 a 15.000kg de arroz, tinha pasto [...] quando vi que eu não tinha que comer tirei 2 ha de roçado e sai do grupo” (Morador (E) in Terrón, 2006). Este posicionamento contraria um dos divulgadores do projeto, que afirmou a Terrón que “[...] este princípio [manejo] vai garantir a existência das espécies, mesmo se elas estiverem em grande quantidade na mata”. No entanto, o manejo florestal madeireiro parece não garantir nem mesmo a sobrevivência das populações que se utilizam dos recursos florestais.

Quanto a borracha, esta é considerada pelos moradores do PAE Chico Mendes como parte da renda familiar. Sua atividade de produção

é caracterizada pelo corte e coleta do látex da seringueira, além de outras atividades complementares como abertura e manutenção de estradas, e a raspagem das árvores para o corte. A abertura e manutenção das estradas de seringas é feita nos meses de março e abril, sendo o corte e coleta, realizada de março a novembro/dezembro, havendo uma diminuição da exploração das árvores nos meses de agosto e setembro, época do desfolhamento e floração da seringueira, quando a mesma diminui o fluxo e produção do látex” (PDSA, 2001: 40).

Porém não são todas as famílias do PAE Chico Mendes que possuem estradas de seringas (alguns são agregados), nem todos os que possuem cortam seringa (contratam meeiros). Do total da amostra 33,33% se autodenominam

seringueiros. Indagados mais a frente sobre o corte da seringa, 46,66% do total da amostra afirmaram não cortar mais seringa, mas ainda assim se denominam seringueiros. Semelhante análise fez Terrón, quando afirmava que

Hoje em dia já não são todos os que cortam seringa, do grupo dos entrevistados, só um 47% corta seringa. Alguns deles, já têm mais de 10 que não cortam. Outros pararam de cortar da mesma maneira que pararam de trabalhar no roçado para se dedicar por inteiro ao manejo madeireiro. Outros já nunca cortaram seringa [...] Existe uma forte ligação ao meio, ao tipo de vida, as questões sociais, políticas, ao passado de luta nos empates que faz com que embora o seu modo de vida não seja cortar seringa. eles continuam identificando-se como seringueiros (TERRÓN, 2006:15)

Assim, dos entrevistados, 13,33% da amostra não possuem estradas de seringas por que são agregados. Cerca de 40% dos entrevistados possuem 02 estradas de seringas (mínima exigida), 20% possuem 03 estradas de seringas e 26,66% dos entrevistados possuem 04 estradas de seringa. 100% dos entrevistados vendem o látex a R\$ 5,00 o litro para a fábrica de preservativos de Xapuri - NATEX.

Quanto a Castanha do Brasil (Berthollehia excelsa H.B.K.), esta é um dos produtos de grande importância dentro e fora do PAE Chico Mendes. Sua produção vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, tendo como consequência, também a utilização de maiores quantidades de tempo dos extrativistas para coleta e beneficiamento do produto. Para se verificar melhor a aceitação do cultivo da castanha dentre os moradores do PAE Chico Mendes, dos 33,33% da amostra que afirmam fazer manejo madeireiro por imposição (“ ‘só veio esse pra fazer’, mas existem outros produtos florestais melhores de se trabalhar”) 13,33% preferem manejar a castanha. A exploração dos recursos madeireiros para fins comerciais teve início recente. A ela nos dedicaremos na seção seguinte.

3.2.1 Manejo florestal madeireiro no PAE Chico Mendes

Segundo Terrón (2006:40) o manejo florestal comunitário surgiu no final da década de 1990 com o objetivo de instituir oportunidades de renda num momento de crise do mercado da borracha e da castanha. Segundo ela,

[...] a introdução do manejo ‘comunitário’ começou com reuniões informativas por parte da SEATER, SEPROF, CAT e WWF entre

outros organismos, que, aliás, fazem parte da Experiência MAP. Estas reuniões tinham por objeto informar as pessoas sobre a seleção e extração das espécies madeiras, assim como os preços de venda da madeira. Eles garantiam que com o manejo madeireiro não iam precisar plantar roçado (TERON, 2006:41).

De acordo com os moradores que entrevistei, a idéia de manejar a floresta chegou às colocações “de forma simples e inofensiva”. No entanto, muitos moradores ficaram assustados e contrariados com a idéia de se retirar árvores da floresta para comercialização, já que a história de luta da comunidade esta relacionada à proibição do desmatamento. Ia de encontro ao desmatamento e o manejo era visto por eles como desmatamento. Sendo-lhes explicadas as formas técnicas e científicas da retirada das árvores e sendo influenciados pelas vantagens econômicas e ambientais, além do fornecimento de cursos específicos para treinar os seringueiros a trabalhar com a floresta, um grupo de 10 famílias aderiu ao manejo para testar o projeto. A partir daí algumas dessas famílias passaram a ser também divulgadoras do projeto²⁸. Deste grupo de dez pessoas um morador saiu por ter colocado roçado numa área acima daquela determinada no contrato de concessão de uso (1,0 ha).

Dos que afirmam fazer manejo, 33,33% dizem que só realizam manejo da madeira por que só veio esse autorizado para fazer (imposição), pois consideram outros produtos melhores de trabalhar, como a castanha (que todo ano dá), o látex e a madeira. Dentre os principais problemas abordados entre os descontentamentos dos moradores encontra-se a demora do pagamento pela madeira retirada – muitos há mais de três anos não receberam.

O discurso que aprova o manejo madeireiro como economicamente viável e socialmente justo é constituído de estudos técnicos e científicos com levantamento das árvores existentes para que estas possam ser identificadas indicando o corte aos moradores que já foram maciçamente formados e instruídos racionalmente em cursos, palestras e oficinas sobre como se trabalhar na floresta com a retirada dessas árvores. Legitimando essas técnicas, um dos moradores insistentemente nos alertou que essas técnicas dão certo por que

²⁸ O Plano de manejo florestal sustentável é organizado pela Associação dos moradores e produtores do PAE Chico Mendes, com uma área total do plano de 2562,70ha, com ciclo de corte de 25 anos (Informação contida na placa de implementação do Plano localizada no PAE Chico Mendes)

[...] no manejo você tem que retirar a árvore mãe e deixar as filhas e as netas para que a floresta continue viva e nossos netos possam cuidar dela também”. Ainda afirma que “tudo é feito direitinho, pois se você prestar atenção o manejo é muito bem feito e todo mundo assina em baixo – IBAMA, IMAC, GOVERNO, utilizando diversos equipamentos, como o GPS. Não tem como dar errado (Morador (F)).

Dessa maneira, 93,34% dos integrantes de uma conceituada família do assentamento que foram entrevistados afirmam ser o manejo um **“bom negócio”**, apesar “[...] de alguns moradores não acharem vantagem por que demora a receber, mas um dia o dinheiro chega e ajuda a gente. É só saber esperar”²⁹ (Morador (A) do PAE Chico Mendes). Segundo outro morador, “[...] foi a partir do manejo madeireiro que a comunidade passou a ser valorizada e vista como parte importante no processo de preservação da floresta” (morador (G) do PAE Chico Mendes). Apoiando o manejo madeireiro, afirmam que “[...] **assim como Chico Mendes morreu para dar a vida pela comunidade, as árvores velhas morrem para dar vida às novas árvores**” (morador (G) do PAE Chico Mendes). Ainda a respeito de Chico Mendes, alguns moradores que possuem laços de parentesco com este afirmam com orgulho que aprenderam viver da floresta com Chico. Mas pelo que consta, o ideal de luta de Chico Mendes não consentia a exploração madeireira para fins comerciais. Concebemos opiniões semelhantes a estas como sendo uma forma de amenizar os conflitos, através do discurso, que poderiam vir a surgir com o processo de retirada da madeira de “forma sustentável”. Assim, envolvendo o nome de Chico Mendes como se ele tivesse defendido o manejo florestal madeireiro, quando na verdade, aconteceu o oposto.

No entanto, não são todos os moradores entrevistados que compartilham das visões propaladas pela pelos líderes do Assentamento a respeito do manejo madeireiro. Existe uma parcela da população do PAE Chico Mendes que não aprova e não estão contentes com os planos de manejo madeireiro nem com a propaganda feita a partir da visão daquela família – que é líder desse projeto e responsável por sua divulgação e aceitação dentro do assentamento. De acordo com os moradores entrevistados descontentes, apenas os divulgadores do projeto são os que lucram com o manejo madeireiro, já que são “[...] contratados pela Secretaria da Floresta

²⁹ Outros moradores criticam essa visão posto que nem todas as famílias tem melhores condições para “esperar o dinheiro” pelo trabalho já executado, como fazem os Mendes.

(...) dentro do Programa de Conservação e Recomposição de Florestas e financiado pelo PNDES FASE III". (TERRON, 2006:48). Somado a esse incentivo, são os divulgadores do manejo madeireiro que recebem cursos de formação sobre o manejo florestal madeireiro, patrocinados por organizações e instituições que fazem parte da Experiência MAP, como mostra a bolsa do programa de formação em manejo florestal comunitário e desenvolvimento local sustentável de um dos divulgadores desse projeto, como está ilustrada na figura a seguir.

FIGURA 7: Bolsa do programa de formação utilizada por um morador do PAE Chico Mendes



Fonte: Arquivo pessoal de Elder A. de Paula.

Os moradores descontentes com o manejo madeireiro consideram que este

[...] é só uma faixa para enganar a população do Assentamento e mostrar pro resto do Brasil que o negócio é bom. Para os Mendes, é bom sim, os 'gringos' chegam e ficam pela fazendinha onde os Mendes estão sempre por lá e só ouvem as benfeitorias que vem pra eles como se fosse pra todos. Pra eles ficar sem receber ou demorar a receber não faz diferença, pois eles tem dinheiro é pra divulgar o projeto de manejo. Dizem até que eles são os mais ricos daqui" (moradora (C) do PAE Chico Mendes, prima de Chico Mendes).

No processo de manejo madeireiro, é utilizada a mecanização através do skiter (máquina que retira com "menor impacto ambiental" as árvores que anteriormente eram retirados por animais). Verifica-se que a população que antes atuava mais com a utilização de seus animais, com a mecanização fica a margem de todo o processo, já que tudo passa a ser terceirizado (contata-se a máquina, o operador) e o dinheiro que poderia ficar dentro da comunidade só permanece

através de funções como faxineiros e cozinheiras na Pousada Ecológica, que será tratada na próxima seção.

As benfeitorias giram em torno dos divulgadores do projeto de manejo madeireiro, que representam a porcentagem da amostra satisfeita com o manejo. Os moradores entrevistados que residem mais afastados da colocação Fazendinha, chegaram a falar inclusive de “máfia da madeira”, ressaltando que

[...] alguma coisa acontece para não recebermos. Madeira é ouro. Todo mundo se interessa. Tem gente por aí que se arrisca pra tirar ilegal, e vende a madeira. Aqui a cooperativa diz que não vendeu a madeira. Como pode? Pagam primeiro os que trabalham lá dentro com o beneficiamento para mandar pra fora e nós pagam quando? (morador (H) do PAE Chico Mendes)

Nas entrevistas com Terrón, as respostas seguiram o mesmo padrão. Alguns afirmaram que [...] a madeira já foi, mas o dinheiro ainda não chegou. Era para ter comprado a placa solar, mais a gente ainda não tem dinheiro nem pra comer” (Morador (I) do PAE Chico Mendes, in entrevistas a Terron 2006). Estes não são os únicos a questionarem a sustentabilidade do Manejo. Em outras colocações também é possível sentir a contrariedade do discurso da sustentabilidade do manejo florestal madeireiro em falas de outros moradores. como na colocação Chora Menino, onde um morador, entrevistados por Terrón, afirmava que

Agora da forma que ta o manejo principalmente aqui esse projeto, ele não ta sendo um manejo de sustentabilidade não, porque tem agricultores que no ano passado, venderam madeira e até hoje não receberam, então o que acontece eles também se obriga desmatar pra sobrevivência deles e se tivessem recebido mesmo R\$200 o metro, talvez esse ano eles não precisassem desmatar, mas como até hoje eles não receberam nenhum um centavo, eles vão ser obrigado a desmatar (Morador (J) In a Terrón, 2006).

Como se percebe, o manejo não tem sido tão exitoso na prática quanto divulgado, pois nos comentários durante as entrevistas que realizei e nas realizadas por Terrón (2006) percebe-se o entusiasmo em participar da “preservação da flore...sta” em grandes proporções dos membros dessa família, que contraria outros moradores do assentamento mais afastados da colocação Fazendinha. Outro dado interessante a ser mencionado na pesquisa é a participação de grandes e conceituadas instituições e organizações não governamentais (WWF, BID, IBAMA, INCRA, etc.) na formulação do discurso que aprova o manejo madeireiro como

sendo viável a essas populações pela carga técnica e científica com que são feitos os projetos e aplicados na retirada das árvores. Só não se teve precisão, então, foi da parte que trata do economicamente viável aos assentados. Dessa maneira, abrem-se espaços para a apropriação exitosa dos recursos naturais sob a promessa de mantê-los às gerações presentes e futuras, como percebemos nas falas dos moradores entrevistados descontentes do PAE Chico Mendes.

Tratando desse assunto, Osmarino Amâncio – liderança sindical de Brasília e contemporâneo de Chico Mendes– acredita ser o manejo florestal uma questão de marketing, pois segundo ele, em entrevista concedida à edição do livro *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana*,

[...] Agora é o marketing da questão ecológica. Eles estão destruindo árvores de 500, 600, 800 anos e tão dizendo que as outras vão se recompor em trinta anos, isso também não é verdade, porque em nenhum lugar do mundo foi feito o manejo que eles tão fazendo e deu certo. Os mexicanos vieram aqui e eu levei eles na floresta e mostrei árvores frondosas, eles disseram que lá no México em 40, 50 anos já se acabou onde eles tão fazendo manejo. Lá nos países asiáticos a mesma coisa, onde estão fazendo ta com uns 70 anos que se acabou [...] (in PAULA; SILVA (org) 2006:134)

Tratado como mais uma imposição do pacote mercadológico, associado ao manejo madeireiro, constatamos que esse processo de imposição de fora para dentro se consolida também através do turismo ecológico dentro do referido Assentamento, como veremos a seguir.

3.3 Turismo Ecológico no PAE Chico Mendes

Nos últimos anos, o PAE Chico Mendes passou a ser mais divulgado e visitado enquanto ponto turístico do Estado do Acre, devido à criação da pousada ecológica em novembro de 2007. Pressupõe-se, assim, que esta tenha sido criada visando a valorização da floresta e dos povos que nela/dela vivem. No entanto, sendo administrada através de uma parceria entre os setores público, privado e comunitário³⁰, deve-se compreender que esta pode ser definida como um empreendimento que nasceu não a partir da manutenção e preservação do

³⁰ A participação da comunidade é restrita. Fornecem produtos, alimentos e força de trabalho necessária ao local no que se refere aos serviços de limpeza e lavanderia da pousada.

patrimônio natural e cultural, como afirma a placa de inauguração, mas foi criada visando uma adequação entre a comunidade local e o capital privado, servido, pois, de mediadora entre ambos. Afirmamos isso, considerando tanto o contexto analisado anteriormente, como também a partir da compreensão daquela população como uma espécie de produto direto de um desenvolvimento pautado em critérios mercadológicos visando suprir as necessidades do capital, legitimando-os perante a população local. Noutras palavras, a pousada, assim como o manejo “comunitário” madeireiro, nasceu vinculada às orientações impostas pelo capital, apesar de apresentar parte de sua estrutura constituída com recursos naturais. A antiga pousada do PAE Chico Mendes foi desativada por falta de recursos e profissionais.

Figura 8: Interior da Pousada Ecológica



Fonte: Arquivo Pessoal

Segundo moradores e os próprios trabalhadores da pousada – que no caso das cozinheiras trabalham em forma de rodízio entre as que receberam capacitação recebendo diárias sem carteira assinada³¹ – são eles que fornecem frutas, produtos, animais, castanha, etc. para manutenção da pousada. Somente um dos funcionários não faz parte da comunidade: Gleison José de Souza Xavier (turismólogo), 29 anos, formado na Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO) administra a pousada a cerca de oito meses. Reside em Rio Branco, onde retorna pra casa nos dias em que não há turistas hospedados (se for de segunda a quarta feira).

³¹ Os funcionários são contratados pela SETUR, sendo geralmente, 01 cozinheira, 01 arrumadeira, e 01 serviços gerais. São contratados em número maior quando acontecem eventos de grande porte, com números de pessoas que chega a 100 hóspedes.

A pousada, segundo ele, é destinada a qualquer tipo de público e de toda parte do mundo, que vem a trabalho, estudo, passeio, assinatura de contratos e elaboração de projetos, chegando a hospedar cerca de 100 pessoas que ficam em média três dias. Inclusive, Gleison nos afirmou que há alguns projetos em andamento para a pousada, um inclusive elaborado por ele: “férias no seringal”, que pretende fazer parceria com escolas públicas e privadas. No entanto, percebeu-se durante as entrevistas que, na verdade, a pousada não é destinada a qualquer público, como veremos abaixo.

Segundo ele, muitas pessoas de Rio Branco e de outros municípios amazônicos consideram muito caro se hospedar na pousada, ocorrendo o contrário quando se trata de estrangeiros (que chegam a dar gorjetas de R\$100,00). Quando estive hospedada para fins de pesquisa, um grupo de trabalhadores que mediam o ramal para pavimentação asfáltica, chegou à pousada verificando os preços da estadia, cuja diária varia de R\$50,00 (belichário) a R\$180 (deck's), incluso apenas o café da manhã (as refeições normais são R\$15,00 o P.F.)³². Desistindo da hospedagem, os trabalhadores saíram comentando que “[...] esse valor é o preço da hospedagem de um hotel em Copacabana e não dentro da mata”. Ao saírem, o turismólogo comentou:

Não dá pra comparar Copacabana com esse lugar. ***O que eles vendem lá é o mar e aqui nós vendemos a floresta***, quer dizer, vendemos entre aspas. Para nós é comum vermos e estarmos em contato com a natureza, com os animais, mas para muitos estrangeiros que vêm aqui tudo isso é novidade, pois eles só convivem com prédios altíssimos, sem natureza. É natural que paguem caro por isso e nem reclamem (fala do turismólogo em 19/02/2009 na pousada ecológica Cachoeira, grifo nosso)

Atentemos a frase em destaque acima: “[...] aqui nós vendemos a floresta”. Esta frase resume com clareza e exatidão a análise feita nos primeiros parágrafos dessa seção, qual seja de a pousada ser considerada uma imposição do capital atendendo exclusivamente seus interesses. Assim, parece que apesar do empreendimento estar tão próximo de nossa realidade, ao mesmo tempo nos afasta

³² As reservas estão sendo feitas diretamente na pousada por telefone, pela SETUR, ou ainda por agências de viagens.

dela, demonstrando em falas como essas, quais são os objetivos da pousada e para qual público ela é destinada³³ tal como a “madeira certificada”, que é acessível somente aos que detém maior poder aquisitivo.

Quando questionado sobre os objetivos da pousada no PAE Chico Mendes, Gleison afirmou que considera a pousada **“uma máquina de trazer benefícios”**, pois além de proteger o meio ambiente, divulga a história do lugar e favorece a questão econômica, beneficiando a todos. No entanto, lembremo-nos o seguinte: o administrador possui uma visão mercadológica e não faz parte da comunidade local – o que consideramos de grande peso em nossa análise, pois noutras palavras quer-se dizer que os moradores do PAE Chico Mendes não tem capacidade para administrar um empreendimento “feito para valorizar o local e sua comunidade”. Sendo assim, consideramos que não há valorização desses personagens. Em segundo lugar, percebe-se com isso para quais funções a população local é destinada a ocupar, isso depois de cursos e capacitações para esperarem a oportunidade que se hospedem um número grande de pessoas para que possam lá exercerem a função de faxineiras, cozinheiras e outros trabalhos manuais.

Mesmo assim, o turismólogo nos orienta que quando os estudantes ou outros grupos de pessoas consideram caro a hospedagem, ele menciona ser melhor negócio alugar o Deck, que abriga em média sete pessoas. Nesses casos, a intenção das visitas, na maioria dos casos, é uma espécie de comemoração “as vezes sem motivo aparente” do grupo, acontecendo cantorias de violão, DVD’s, além da ingestão de bebidas alcoólicas trazidas por eles. Outra opção aos preços das diárias da pousada dos estudantes ou visitantes em geral é a hospedagem nas residências dos moradores mais próximos a pousada, recebendo café, almoço e jantar regionais, além da dormida, sem serem cobrados por isso³⁴.

Dependendo do tipo de evento, geralmente o roteiro ecológico passa por uma “introdução à História de luta de Chico Mendes” - e os movimentos de resistência daquela comunidade enfatizando a continuação desse processo na atualidade, dando ênfase inclusive a participação na defesa do meio ambiente por

³³ Os moradores relatam que a maioria dos visitantes é de fora do Estado (São Paulo e Rio de Janeiro) e estrangeiros (Suíça, Dinamarca, Estados Unidos, Inglaterra, etc).

³⁴ Fui gentilmente hospedada na residência do Sr. Francisco Mendes durante o período da pesquisa de campo no PAE Chico Mendes.

algumas famílias e por algumas instituições que atuam na área. Em seguida, são realizados por eles e pelo Guia (Sebastião Mendes) passeios nas trilhas ecológicas com explicações sobre como funciona a floresta e como o manejo comunitário (utilizando-se de métodos científicos) contribui para a preservação dos recursos naturais da Amazônia – que como verificamos nas entrevistas aos demais moradores, não é tão comunitária quando é divulgado. Esses passeios possuem um número mínimo de pessoas no grupo sendo cobrado individualmente. Em média, uma caminhada com duração de 01 (uma) hora, custa 5,00 por pessoa, com grupo de no mínimo 20 pessoas. Noutras palavras, acreditamos existir com esses passeios a venda da imagem tanto do local quanto de sua luta e de seu personagem principal: Chico Mendes.

O que mais nos chamou atenção foi o fato de que nesses eventos entre a pousada, os turistas e a comunidade, apenas estão à frente os responsáveis pela divulgação do uso racional do projeto no interior do PAE Chico Mendes quanto fora dele. Isso nos impulsiona a acreditar que a pousada funciona como um elo entre o discurso do uso racional da floresta (realizado pelos Mendes) e sua legitimidade perante os visitantes e turistas (que saem acreditando e divulgando os benefícios do manejo). Tanto é certo que nesses passeios não estão inclusos visitas aos moradores afastados do “centro”, já que muitos questionam o discurso de eficácia da racionalidade existente no manejo madeireiro – o que poderia “manchar” a imagem da família e a propaganda do uso racional da floresta com o manejo madeireiro dentro e fora do PAE Chico Mendes, afetando seus estreitos laços com o capital. Isso implica afirmar que tanto o manejo madeireiro quanto o turismo ecológico evidenciam a negação do discurso de valorização da natureza e da população local a favor da promoção de atividades econômicas, que tem como tema o desenvolvimento sustentável, que não tem como objetivo a produção de efeitos promissores a comunidade do PAE Chico Mendes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme anunciamos no início desta Dissertação, nosso objetivo principal era mostrar como o discurso “embutido” nas políticas de manejo florestal madeireiro ao invés de valorizar os conhecimentos das populações locais da Amazônia tende a demonstrar, na prática, sua desvalorização através da proeminência do discurso científico que está vinculado a um conjunto de organizações e instituições que naturalizam esse discurso, como a Experiência MAP.

Investigando a participação da Experiência MAP nesse processo, verificamos que esta se baseia na defesa de um “desenvolvimento sustentável” pautado em critérios “essencialmente científicos” de domínio da natureza para fins de “exploração racional” dos recursos da Amazônia. Por isso, tínhamos como pressuposto inicial a idéia de que a Experiência MAP era a principal base para o forjamento dessa ideia entre as populações da Amazônia. No decorrer do trabalho, descobrimos que esse processo se acentua no “governo da Floresta” com seus discursos de valorização da identidade dos “povos da floresta” – e abrange também um conjunto de instituições mais amplas do aparato organizacional e institucional (especialmente o governo estadual e federal e agentes multilaterais como o BID e BIRD).

Dessa forma, verificamos que o PAE Chico Mendes está incluso no processo de expansão do capitalismo na fronteira amazônica, onde são forjados políticas e discursos que contribuem para a adaptação dos princípios da mercantilização da natureza de forma disfarçada, como se o PAE estivesse contribuindo para a ruptura desse eixo de “modernização” conservadora, quando, na verdade, ele contribui para sua afirmação.

Ficou evidenciado que os resultados do manejo madeireiro expostos à sociedade como um modelo de uso racional da floresta, não atinge e não satisfaz todas as famílias, além de criar conflitos e produzir divisões dentro da população do PAE Chico Mendes. Muitas famílias questionam a viabilidade do manejo madeireiro às populações, além de ressaltarem que a madeira não é o melhor produto a ser manejado. Um dos principais questionamentos dessa população é o tamanho da área definida de 1ha para roçado, fazendo com que muitas famílias

sintam-se impossibilitadas de garantir o sustento da família com o que produzem, sendo que muitas vezes tem que se deslocarem até o supermercado de Xapuri para comprar o que poderiam produzir em suas terras.

Com isso, percebemos uma forte vinculação ao antigo sistema de aviamento, onde o seringueiro era obrigado a produzir unicamente o látex e vendê-lo ao seringueiro, não podendo “colocar roçado” para dedicação exclusiva no látex, além de vender ao seringueiro por um baixo preço. No PAE Chico Mendes, os extrativistas também não podem colocar roçado além de 1ha (podendo ser excluído do manejo madeireiro), o que confirma esse processo.

Entendemos que os processos envolvendo a valorização da natureza e os direitos de propriedade inerentes às populações locais estão sendo adaptados ao uso privado da natureza, onde ao invés de se abrir espaços para a valorização dessas populações, estão sendo viabilizados espaços no interior dessas comunidades visando a apropriação de seus conhecimentos e dos recursos naturais, tendo como resultado imediato o ajuste e o cumprimento das exigências do mercado capitalista sendo legitimados pela incorporação do discurso do manejo madeireiro pelos líderes do Assentamento.

Constatamos que o manejo madeireiro é uma forma de fazer com que a população do PAE Chico Mendes substitua ou abandone atividades como a extração do látex ou coleta de castanha – defendida décadas atrás para o sustento da família – para se dedicarem ao manejo madeireiro. Além da participação da comunidade na Pousada Ecológica, que se limita aos serviços gerais de limpeza e conservação da pousada, como se a população não tivesse capacidade para participar da divulgação e da conservação de seu patrimônio.

Foi com base nessas constatações que formulamos o título dessa Dissertação com “O Apagar das Porongas: manejo florestal madeireiro e desvalorização dos saberes locais na Amazônia sul ocidental”. Com ele nos referimos ao processo de desvalorização do conhecimento das populações da Amazônia “embutido” nos discursos do “manejo florestal madeireiro” associado ao turismo ecológico, que ao invés de valorizar os conhecimentos dos moradores do PAE Chico Mendes tende a demonstrar, efetivamente, sua desvalorização através

da ênfase do discurso de uso racional dos recursos naturais. Tendo em vista essa racionalidade exacerbada em detrimento ao conhecimento local desvalorizado é que relacionamos a poronga que se apaga juntamente com a erosão gradativa dos saberes.

Deve-se ressaltar que com essas críticas não queremos dizer que somos contra a utilização da ciência para melhorias na vida do ser humano. Ao contrário, toda ajuda é bem vinda, desde que não desqualifique o conhecimento dessas populações, fazendo-as adotar novas maneiras de se relacionar com a floresta que não condizem com seu modo de vida, fazendo-os acreditar e abraçar a causa dessa nova forma de pensar, que como vimos, está enfatizando o processo de degradação dos recursos naturais e privilegiando grandes grupos de capitais privados. Não acreditamos em uma única via conhecimento que conduza ao desenvolvimento social, econômico, ambiental, político e cultural de populações amazônicas, mas acreditamos que o desenvolvimento de comunidades como o PAE Chico Mendes, só será possível se houver uma associação entre o conhecimento científico e o local, possibilitando a valorização dos saberes e da cultura dessas populações de forma efetiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

ARRIGHI, Giovanni (1996). *O Longo Século XX*. Contraponto/ Rio de Janeiro; Edunesp/São Paulo.

ALVARES, Claude. *Ciência*. In: Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder/ Wolfgang Sachs (editor). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ASSOCIAÇÃO dos moradores e produtores do projeto de assentamento agroextrativista chico mendes. *Plano de utilização do Projeto de assentamento Agroextrativista Chico Mendes*, 1997.

BECKER, Berta K. *Síntese do Processo de Ocupação da Amazônia: Lições do passado e desafios do presente*. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, 2001. p. 5-28

BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. Revista Estudos avançados. Vol.19 no.54 São Paulo May/Aug. 2005. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142005000200013&script=sci_arttext>. Acesso em 22 de set 2006.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. – São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BROWN, Irving Foster; Brilhante Silvia H. C.; et. al. *Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos Portos do Pacífico: Como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul-Occidental*. Texto apresentado no Encontro Internacional de Intergracion Regional - Bolívia, Brasil y Peru. Arequipa, Peru, 2 a 4 de setembro de 2001. Editora CEPEI (Centro Peruano de Estudios Internacionales), Lima 2002

CAMELY, Nazira Correia. *Os agentes do imperialismo na Amazônia ocidental*. Disponível em <<http://www.cebraspo.com/textos-topmenu-17.html>>. Acesso em 24 Jan. 2009.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. – São Paulo: Xama, 1996.

CASTRO, Edna (2001). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados*. In Coelho et al (orgs) *Estado e Políticas Públicas na Amazônia*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA.

CORONIL, Fernando. *Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo*. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. – 1ed. – Buenos Aires. Cosejo latinoamericano de ciências sociais - CLACSO, 2005.

COSTA, Suely de Souza Melo da. *Caracterização ambiental da reserva extrativista Chico Mendes (acre-brasil): subsídios ao plano de manejo*. São Carlos : UFSCar, 2000

CUNHA, Edis Camargo Neves da; CASTRO Adriane Mansur; TOMAZ Liliane Marques. *A participação popular na gestão compartilhada de recursos hídricos: o caso da bacia do alto rio Acre e a Experiência MAP: uma história de sucesso*. Disponível em <http://map-amazonia.net/download.php?local_file=mapiense_artigo05.pdf&server_file=087e446bc7ab9911ff140b351ea41ffa&filesize_kb=68>. Acesso em 16 dez de 2007. Acesso em 17 Ago 2007.

ESCOBAR, Arturo. *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?* In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. – 1ed. – Buenos Aires. Cosejo latinoamericano de ciências sociais - CLACSO, 2005.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder/ Wolfgang Sachs (editor)*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DEUS, Jorge Dias de. *A minha crítica da ciência*. In SANTOS, BOA Ventura de Souza (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, edições Graal, 1978.

IANNI, Octávio. *A sociedade Global*. – 12 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. – 13 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IBAMA, 2005. Reservas extrativistas da Amazônia. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/resex/amazonia.htm>. acesso em 2 de out de 2008.

IBAMA/CNPT. *Reserva Extrativista Chico Mendes*: Base de dados geográficos e ambientais–desmatamento. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/resex/cmendes/desmat.htm>. Acesso em: março de 2002.

IMAFLOA. (2003). Resumo Público de Certificação de Associação de Moradores e Produtores do Projeto Agroextrativista Chico Mendes- AMPPAECM. São Paulo, Imaflora.

LANDER, Edgardo. *Ciências sociais: saberes coloniais e eurocentricos*. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. – 1ed. – Buenos Aires. Cosejo latinoamericano de ciências sociais - C LACSO, 2005.

MAP. *Comité científico de la Experiência MAP – Madre de Dios/Perú, Acre/Brasil, Pando/Bolivia y Ucayali/Perú*. 2005. I reunion cobija 23-24 de setiembre del 2005. Disponível em: http://map-amazonia.net/index.php?lang=pt&page=eventos&data=2007-10-31&page=arquivos&tema_id=4Acesso em 16 out 2007.

MAP. *Carta de cobija sobre desarrollo sostenible de la región Map (madre de dios-perú, acre-brasil, pando-bolivia), Amazonia sudoccidental*. Iii taller trinacional Desarrollo sostenible de la región map Madre de dios-peru, acre-brasil, pando-bolivia Cobija, pando 9-12 de septiembre de 2002. Disponível em: <http://map-amazonia.net/index.php?lang=pt&page=arquivos>. Acesso em 16 out 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. *O poder da ideologia*. – São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MELO, João de Jesus Silva (2006). *Desenvolvimento e Meio Ambiente na fronteira trinacional Amazônica: Um estudo da atuação do MAP (Madre de Diós – Acre – Pando)*. Rio Branco: UFAC. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais da Universidade Federal do Acre).

MUZIO, Gabriele (1999). *A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver a coerência do processo*. In: Oliveira Francisco e Paoli Maria C. (Orgs). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Ed. Vozes

OLIVEIRA, Marcos Barbosa da. Desmercantilizar a tecnociência. In SANTOS, Boa Ventura de Souza (org). *Conhecimento Prudente para uma vida descente: um discurso sobre as ciências revisitado*. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

PÁDUA, José Augusto. *Problemas e perspectivas para uma relação sustentável com a floresta amazônica brasileira*. 1996. Disponível em: <<http://pbsd.rits.org.br/textos/texto5.rtf>>. Acesso em: março de 2002. (produzido no âmbito do Projeto Sustentabilidade Norte-Sul, desenvolvido em parceria com Amigos da Terra - Holanda)

PANITCH Leo et al. *Socialist register* 2004. – 1ed. – Buenos Aires: Cosejo latinoamericano de ciências sociais - CLACSO, 2006.

PAULA, Elder Andrade de. *(Des) envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005a, 383p.

_____. *Internacionalização da Amazônia sob a hegemonia estadunidense*. Texto apresentado na mesa redonda A hegemonia Americana no século XXI do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência internacional de História de empresas. Conservatória – RJ, setembro de 2005b.

_____ et. al. *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Convênio FINEP/UFRRJ número 41.96.0844.00. Rio Branco, Acre, 2002.

PEREIRA, Márcia Regina de Souza. *Experiência MAP: Um Emergente Movimento Social Transfronteiriço e sua Gestão no Desenvolvimento Sustentável na Região da Amazônia Sul Ocidental*. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PDPC0828-D.pdf>. Acesso em 25 de jun. 2008. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). PROJETO MAP divulga princípios éticos de pesquisa. Disponível em <http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=1669>. Acesso em 25 de jun. 2008.

REIS, Vera L. et al. *Educação para conservação e desenvolvimento na Amazônia Sul Ocidental: Região MAP (Madre de Dios-Peru/Acre-Brasil/Pando-Bolívia)* In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org). *Pesquisa socioambiental na Amazônia Ocidental: aventuras e desventuras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005. 366p.

REYDON, Bastiaan P.; MACIEL, Raimundo C. G. *Reserva extrativista Chico Mendes: meio ambiente ameaçado pelo desflorestamento*. disponível em <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/trabalhos/reserva_extrativista_chico_mendes.pdf>. Acesso em 12 de set 2008

SACHS, Wolfgang. *Meio Ambiente*. In: *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder/ Wolfgang Sachs (editor)*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Boa Ventura de Souza (org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005.

_____. *Conhecimento Prudente para uma vida descecente: um discurso sobre as ciências revisitado*. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

SHIVA, Vandana. *Recursos Naturais*. In: *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder/ Wolfgang Sachs (editor)*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Silvio Simione da. *Tempos da violência, espaços da resistência*. In PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da (org). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana*. Rio Branco-Acre.: EDUFAC, 2006.308p.il.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Occidental: um olhar sobre a “Iniciativa MAP”. UFAC/Brasil. Dissertação de Mestrado, 2007..

STONE, Samanta; SCHMINK, Mariane et al. *Acompanhamento para o manejo florestal comunitário no projeto Cachoeira, Acre – Brasil*. Indonésia: Centro para a pesquisa florestal internacional (CIFOR), 2007.

TERRÓN, Laura Lopez. *Estudos sobre o Agroextrativismo e outras atividades do PAE Chico Mendes*. Graduação em Engenharia do Ambiente. Escola Superior de Bragança, Portugal, 2006.

ULLRICH, Otto. *Tecnologia*. In: Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder/ Wolfgang Sachs (editor). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

UNESCO. *Declaração sobre a ciência e o uso do Conhecimento científico*. Versão adotada pela conferência Budapeste, 1 de julho de 1999. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decciencia.pdf> Acesso em 16 Out 2007.

UÁQUIRI. *A geografia e a Amazônia em questão: revista do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre*. Rio Branco: DEGEO/UFAC – v. I, n. 9, Jul/dez/2007 – semestral.

VIOLIN, Tarso Cabral. A sociedade civil e o estado ampliado, por Antonio Gramsci. Disponível em <http://www.cejur.ufpr.br/revista/artigos/001-2sem-2006/artigo-01.pdf>, Acesso em 15 jul 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *As estruturas do conhecimento ou quantas formas temos nós de conhecer?* In SANTOS, BOA Ventura de Souza (org). *Conhecimento prudente para uma vida descente: um discurso sobre as ciências revisitado*. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

XANGAI, Juracy. Crônica de uma morte anunciada. Rio Branco: Jornal Pagina 20, 18 maio de 2006. Disponível em http://www2.uol.com.br/pagina20/18052006/c_1318052006.htm, acesso em 17 out 2007.

APENDICE I: Relação de entrevistas realizadas por Francisca Mesquita Souza

- 01-** José Barbosa de Lima, residente na colocação Pontão II, 65 anos, casado com Célia da Silva Lima.
- 02-** Luis Maia de Moraes, residente na colocação Vitória II, 39 anos, casado com marilza Miranda.
- 03-** Demétrio Ferreira da Silva, residente na colocação Pontão I, 48 anos, casado com Francisca das Chagas Teixeira Mendes.
- 04-** Adelcimar Ferreira da Silva, residente na colocação Altamira II, 46 anos, casado com Luzanira Pereira da Silva.
- 05-** Francisco Teixeira Mendes, residente na colocação Fazendinha, 52 anos, casado com Orlene Santana Mendes.
- 06-** Adelcir Ferreira da Silva, residente na colocação Altamira I, 50 anos, casado com Ocinês silva Maia Ferreira.
- 07-** Manoel Viana da Silva, residente na colocação Lago I, 62 anos, casado com Irene Pereira da Silva.
- 08-** Antonio Santos Mendes, residente na colocação Laguinho, 30 anos, casado.
- 09-** Maria Lucimar Gomes da Silva, residente na colocação Lago I, 42 anos, casada com Vanderlei da silva
- 10-** Claudiana Ferreira da Silva, residente na colocação Lago I, 21 anos, casada com Gilcilei Pereira da Silva.
- 11-** Aroaldo Onorato dos Santos, residente na fazenda três irmãos, 53 anos, casado.
- 12-** Gilson Soares de Oliveira, residente na colocação Vitória II, 32 anos, casado com Edvalda Maia de Moraes.
- 13-** Antonio Teixeira Mendes, residente na colocação Cachoeira, 48 anos, casado com Emília Campos Barbosa.
- 14-** Nizomar Alves Mendes, residente na colocação Alto Duro, 40 anos, casado com Marina Alves Miranda.
- 15-** Sebastião Teixeira Mendes, residente na colocação Fazendinha, 63 anos, separado.
- 16-** Gleison José de Souza Xavier, turismólogo, administrador da Pousada, tem 29 anos, reside em Rio Branco, casado. (FUNCIONÁRIO DA POUSADA)

- 17-** Monica Sales de Souza, residente no seringal Equador, 27 anos, servente.
(FUNCIONÁRIO DA POUSADA)
- 18-** Marilza Alves Miranda residente na colocação Vitória II, 42 anos, cozinheira.
(FUNCIONÁRIO DA POUSADA)

APENDICE II: Relação de entrevistas realizadas por Laura Terron (2006) que foram citadas nesta dissertação

1. Luis Maia Moraes, 37 anos, Colocação Vitória I: 2 estradas de seringa, considera-se Agricultor.
2. Demetrio Ferreira da Silva, 39 anos, Colocação Ponta I: 5 estradas de seringa, considera-se parado, era seringueiro.
3. Jose Barbosa Lima, 62 anos, Colocação pontão II, 4 estradas de seringa.
4. Reinaldo Ferreira da Silva, 51 anos, colocação Chora menino, Presidente da associação Fé em Deus.

ANEXO I: Instituições que fazem parte do MAP

Nome	Sigla	País
Amazonas Pando	AMAPAN	Bolivia
Amazonlink.org	Amazonlink.org	Brasil
ANIA	ANIA	Peru
Asociación de la Municipalidad de Pando	AMDEPANDO	Bolivia
Cabanhã V	Cabanhã V	Peru
Conservacion Internacional	CI	Bolivia
Consortio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba	CONDIAC	Brasil
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	Brasil
FEDECAMD	FEDECAMD	Peru
Federación Nativa del Rio Madre de Dios y afluentes	FENAMAD	Peru
FJMP	FJMP	Bolivia
Grupo de Trabalho Amazonico	GTA	Brasil
Haroldo Almeida Pinto	PMAB_PLAN	Bolivia
Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana	IIAP	Peru
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	IPAM	Brasil
Interdisciplinaria para el Desarrollo Sostenible	Herencia	Bolivia
IPAM/UFAC	IPAM/UFAC	Brasil
MTC	MTC	Peru
Oficina Regional de Epidemiología de Madre de Diós	ORE – MD	Peru
Parque Zoobotânico - Universidade Federal do Acre	UFAC/PZ	Brasil
Prefeitura Municipal de Epitaciolândia - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo	PME/AC-SEMAT	Brasil
Pro Naturaleza	Pro Naturaleza	Peru
Proyecto Especial Madre de Dios - Instituto Nacional de Desarrollo	INADE-PEMD	Peru
Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Estado do Acre	SEPI	Brasil
Secretaria Saude-AC	Secretaria Saude-AC	Brasil
SEMATUR	SEMATUR	Brasil
Serviço Nacional de Sanidad Agraria	SENASA	Peru
SOS AMAZÔNIA	SOS AMAZÔNIA	Brasil
UAP	UAP	Bolivia
Universidad Nacional Amazônica de Madre de Dios	UNAMAD	Peru
Universidad Nacional San Antonio Abad del Cusco	UNSAAC	Peru

Fonte: www.map.amazonia-net

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)